

**BEM-ESTAR EM CRIANÇAS DE DIFERENTES CONFIGURAÇÕES FAMILIARES
E EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Fabiane Friedrich Schütz

Dissertação de Mestrado apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia sob orientação do Prof. Dr. Jorge Castellá Sarriera

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós Graduação em Psicologia
Porto Alegre, Março de 2014.

Às crianças participantes
dessa pesquisa e à proteção de
seus direitos

Agradecimentos

Agradeço...

Ao meu orientador Prof. Dr. Jorge Castellá Sarriera por me acolher desde os tempos de iniciação científica, por ainda me aguentar, pelo estímulo à continuidade da minha formação e todo conhecimento transmitido

À professora Débora Dell’Aglio pela relatoria cuidadosa e atenta desde a qualificação do projeto de dissertação, além da disponibilidade para ajudar

À professora Carme Montserrat pelo trabalho conjunto realizado e abertura para o diálogo e troca de experiências

À professora Denise Falcke por aceitar compor à banca de defesa e pela disponibilidade oferecida

Ao professor Ferran Casas pelas suas contribuições na qualificação do projeto e ao longo de toda a elaboração desse estudo

À Lirene Finkler pelas indicações e auxílio durante a qualificação do projeto de dissertação.

À *International Society for Child Indicators* pela construção conjunta que permitiu a realização desse trabalho.

Aos meus pais, pelo incansável apoio e incentivo à continuidade dos meus estudos, valores transmitidos e por todos os esforços que fizeram na vida tendo o meu crescimento em mente

Ao meu irmão Rodrigo por ser sempre o melhor dos exemplos de dedicação e minha cunhada Michele por ser parceira e incentivadora da continuidade do trabalho.

Ao meu namorado Gustavo pelo apoio, amor, paciência e palavras de motivação sempre que foram necessárias

À minha prima Luísa pela paciência, apoio e ombro amigo

Ao meu grande amigo Guilherme Flach pela cumplicidade, suporte e pela presença constante e carinhosa desde 1996.

Aos meus grandes amigos e colegas de graduação Tanira, Guilherme, João, Luísa, Geórgia, Maria Clarice, Elene, Ana Letícia, Diogo e Rodrigo por me ensinarem que a sala de aula é só uma parte da aprendizagem

Aos amigos Guilherme, Tanira, Lucas, Paula, Ângelo, Amanda, Marília e Fabíola por estarem presentes nos momentos de lazer e de desespero

Aos meus queridos colegas do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFRGS Rodrigo Gabbi Polli, Marcela Bortolini, Gerson Siegmund, Evandro Cherer, James Ferreira Moura Jr, Francielli Galli, Tiago Calza pelas polêmicas, ajudas, almoços, senso de humor e carinho

Aos colegas do GPPC, em especial à colega Lívia Bedin pelas diversas tardes de trabalho, contribuições e apoio durante toda minha trajetória, à Miriam Raquel Strelhow Wachholz por estar sempre disposta a ajudar e contribuir, ao Tiago Calza pelo companheirismo desde os tempos de iniciação científica, à Anelise pelos almoços no RU, descontração e apoio, à Francielli e James por estarem comigo em diversos momentos seja para ajudar ou animar, ao Daniel pelo humor irreverente e conselhos, à Ângela, pela parceira nos artigos e trabalhos diversos e aos demais colegas.

Aos colegas da iniciação científica que auxiliaram na digitação e coleta dos dados, especialmente à Stephanie e Letícia

A Deus pelo cuidado, proteção e pela minha vida.

“En el museo de mi escuela hay una de las cosas más raras que vi en mi vida: un cabrito con dos cabezas. Pero lo más raro de todo, todo, todo lo que vi es un compañerito que tiene una mamá y nunca le habla. Él sale, le pasa la valija a ella y nada más. Yo sí tendría una mamá la usaría mucho más.”

(Valentín – El sueño de Valentín)

SUMÁRIO

Lista de Tabelas	7
Lista de Figuras	9
Lista de Abreviaturas e Siglas	10
Resumo.....	11
Abstract	12
Apresentação.....	13
Capítulo I: Introdução.....	16
Infância.....	16
Família E Configurações Familiares	20
Acolhimento Institucional.....	23
Bem-Estar De Crianças	30
Justificativa E Apresentação Dos Objetivos.....	36
Capítulo II: Estudo Comparativo Do Bem-Estar Subjetivo De Crianças De Diferentes Configurações Familiares.....	38
Introdução.....	38
Método.....	42
Resultados	48
Discussão.....	62
Considerações Finais.....	66
Capítulo III: Bem-Estar De Crianças Em Acolhimento Institucional: Comparação Entre Crianças Acolhidas E Crianças Que Residem Com Suas Famílias	68
Introdução.....	68
Método.....	72
Procedimentos	79
Resultados	81
Discussão.....	88
Considerações Finais.....	94
Capítulo IV: Considerações Finais	96

Referências.....	99
ANEXO A Termo de Concordância Institucional.....	109
ANEXO B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	110
ANEXO C: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS.....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Âmbitos do GDSI

Tabela 2: Médias E Desvios Padrão Do GDSI Por Idade, Sexo e Configuração Familiar

Tabela 3: Médias E Desvios Padrão Do PWI-SC Por Idade, Sexo e Configuração Familiar

Tabela 4: Médias E Desvios Padrão Da BMLSS Por Idade, Sexo E Configuração Familiar

Tabela 5: Comparação De Médias Por Itens e Domínios Das Escalas Por Sexo E Idade

Tabela 6: Correlações Entre As Escalas BMSLSS, GDSI e PWI-SC

Tabela 7: MANOVA Por Idade, Sexo e Configurações Familiares (CF)

Tabela 8: ANOVA Por Idade, Sexo e Configuração Familiar (CF)

Tabela 9: Itens do GDSI

Tabela 10: Médias e Desvio-Padrão das Escalas por Tempo de Acolhimento, Sexo, Idade, Número de Irmãos no Abrigo, Contato com o Pai, Contato com a Mãe

Tabela 11: Diferenças Entre Médias das Variáveis e Interações

Tabela 12: Médias por Itens e Domínios das Escalas por Idade e Grupo

Tabela 13: Diferenças das Medidas de Bem-Estar Entre Crianças em Acolhimento Institucional e Crianças que Residem com Suas Famílias

Tabela 14: Classificação dos Grupos: Perfil Discriminante Preditor de Residir com A Família (Grupo 1) ou em Acolhimento Institucional (Grupo 2)

Tabela 15: Matriz Estrutural da Função Canônica Discriminante: Correlações Entre Variáveis Discriminantes e Função Discriminante Estandarizada.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diferenças entre médias do PWI-SC por idade

Figura 2: Diferenças entre médias do BMSLSS por idade

Figura 3: Diferenças entre médias do GDSI por idade

Figura 4: Diferenças entre médias do PWI-SC para as configurações familiares

Figura 5: Diferenças entre médias do BMSLSS para as configurações familiares

Figura 6: Diferenças entre médias do GDSI para as configurações familiares

Figura 7: Gráfico de diferença de médias do GDSI por sexo e idade

Figura 8: Gráfico de diferença de médias do PWI-SC por idade e configuração familiar

Figura 9: Gráfico de diferença de médias do PWI-SC por sexo e configuração familiar

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD: Análise Discriminante

ANOVA: Análise de Variância

BMSLSS: *Brief Multidimensional Student's Life Satisfaction Scale*

CONANDA: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM: Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

GDSI: *General Domain Satisfaction Index*

GPPC: Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária

ISCI: *International Society for Child Indicators*

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA: Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada

MANOVA: Análise de Variância Multivariada

OLS: *Overall Life Satisfaction*

PWI-SC: *Personal Well-Being Index – School Children*

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo identificar e comparar relações entre o bem-estar de crianças e outros aspectos relacionados, em um de seus principais contextos de desenvolvimento: o lar onde residem. Nessa perspectiva foram realizados dois estudos. O primeiro estudo, objetiva investigar o bem-estar de crianças que residem com suas famílias e comparar seu bem-estar por configurações familiares, e as variáveis idade e sexo. Participaram deste estudo 2290 crianças de ambos os sexos, com idades entre 9 e 13 anos ($M = 10,97$; $DP = 0,99$), que foram divididas em quatro grupos de configurações familiares (família intacta, monoparental, reconstituída e ampliada). Para avaliar o bem-estar foram utilizados os instrumentos PWI-SC, GDSI e BMSLSS. Para avaliar diferenças entre grupos com relação ao bem-estar, foi realizada a Análise Bivariada e Análises de Variância Multivariadas (MANOVA). Os principais resultados desse estudo indicam diferenças significativas no bem-estar das crianças em relação a suas configurações familiares. As crianças de famílias intactas diferenciaram-se significativamente das crianças das demais configurações de forma positiva quanto ao bem-estar (as médias mais baixas foram as das crianças de famílias reconstituídas). Discute-se que as transições e a instabilidade a que as crianças de famílias reconstituídas podem estar sendo submetidas podem afetar seu bem-estar. O segundo estudo buscou investigar os níveis de bem-estar das crianças em acolhimento institucional e verificar diferenças e semelhanças entre o bem-estar de crianças em acolhimento institucional ou que residam com suas famílias. Participaram desse estudo crianças de 8 a 12 anos, sendo 109 crianças em acolhimento institucional ($M = 10,17$; $DP = 1,42$) e 109 crianças que residem com suas famílias ($M = 10,07$; $DP = 1,38$). Para verificar em que medida as diferenças observadas entre os grupos revelam um perfil discriminante das variáveis, foi realizada uma Análise Discriminante. Os instrumentos utilizados foram o PWI-SC, GDSI e OLS. Foram consideradas como variáveis independentes os itens do PWI-

SC, os âmbitos do GDSI e a escala de item único OLS e como variável dependente o grupo do qual faz parte (dois grupos: crianças que residem com suas famílias e em acolhimento institucional). Os principais resultados desse estudo indicam que o centroide das médias de bem-estar das crianças que residem com suas famílias distancia-se significativamente nas três medidas de bem-estar aplicadas do centroide das crianças em acolhimento institucional. Além disso, todos os itens do GDSI, PWI-SC e OLS discriminam significativamente as crianças que residem com suas famílias daquelas em acolhimento institucional. Discutiu-se que esse resultado pode refletir diferenças entre essas crianças que podem estar relacionadas às características de seus lares.

ABSTRACT

This study aimed to identify and compare relationships between the well-being of children and other related aspects, in one of their main contexts of development: the home in which they live. In this perspective two studies were conducted. The first study aimed to investigate the well-being of children residing with their families and to compare their well-being by family configurations, age and sex. The participants were 2290 children from both sexes, with ages between 9 and 13 years old ($M = 10,97$; $DP = 0,99$), that were divided into four different groups of family configurations (intact, single-parent, and extended). PWI-SC, GDSI and BMSLSS were the instruments used in the measure of well-being. To evaluate differences between groups was performed bivariate analysis and Multivariate Analysis of Variance (MANOVA) to investigate the differences between different aspects of well-being regarding family configurations. The main results of this study indicated significant differences in the well-being of children in relation to their family configurations. Children from intact families showed significant positive differences on the well-being from children of other settings (the lowest means were from the children of blended families). It is argued that the transitions and instability that children of

remarried families are being subjected may affect their well-being. The second study investigated the levels of well-being of children in institutional care and to assess the differences and similarities between the well-being of children in institutional care or residing with their families. The participants were children from 8 to 12 years old, of which 109 were children in foster care ($M = 10,17$; $DP = 1,42$) and 109 children living with their families ($M = 10,07$; $DP = 1,38$). To ascertain to what extent the observed differences between the groups show a listing of discriminating variables, discriminant analysis was performed. Independent variables were the items of the PWI - SC (seven items) , the domains of GDSI (eight domains) and single-item scale OLS and as the dependent variable the group to which it belongs (two groups : children who live with their families and institutional care) . The main results of this study indicates that the centroid of the well-being's means of children that live with their families significantly differs in the three well-being measures (PWI-SC, GDSI e OLS) from the centroid of children in institutional care. In addition, all items of GDSI, PWI - SC and OLS significantly discriminate children residing with their families and those in institutional care. It has been argued that this result may reflect differences between those group of children who might be related to characteristics of their homes.

APRESENTAÇÃO

Esse estudo tem como bases de investigação temáticas relativas ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, especialmente ao seu bem-estar. Para tanto, a infância é discutida a partir da perspectiva ecológica-contextual, através da qual se considera a importância do ambiente e das interações estabelecidas, nas quais se destacam os diferentes contextos sociais, como a família (Sarriera et al., 2007).

Este trabalho integra uma pesquisa mais abrangente realizada pelo Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária. A investigação do grupo, realizada em parceria com a *International Society for Child Indicators*, busca conhecer e comparar dados representativos da vida das crianças de diversos países. Busca-se conhecer as atividades diárias das crianças, o uso do tempo e, seus direitos e satisfação com os contextos vitais.

Esta dissertação objetiva identificar e comparar relações entre o bem-estar de crianças, e aspectos relacionados ao mesmo, em seus principais contextos de desenvolvimento. Na realidade de grande parte das crianças, há convivência diária com os membros da família. Entretanto, existem crianças cujo convívio familiar é reduzido e que vivem sob tutela de representantes legais do estado, em acolhimento institucional.

Nessa perspectiva, serão apresentados, no Capítulo I, aspectos conceituais e históricos sobre a infância, as famílias e suas configurações familiares, além de uma exposição sobre o processo que desencadeou as modalidades de acolhimento institucional existentes no Brasil. Será realizada ainda uma explanação sobre aspectos conceituais do bem-estar subjetivo e dos estudos de bem-estar na infância.

Após a introdução teórica, apresentam-se os estudos realizados em dois capítulos. O capítulo II apresenta uma investigação sobre o bem-estar de crianças que residem com suas famílias. O objetivo é avaliar e comparar seu bem-estar por configurações familiares, além de identificar a relação entre as variáveis sociodemográficas idade e sexo com o bem-

estar. No capítulo III, será descrito o estudo que teve como objetivo investigar o bem-estar de crianças em acolhimento institucional e verificar diferenças e semelhanças entre o bem-estar dessas crianças e crianças que residam com suas famílias.

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

Infância

Compreende-se a infância sobre diversas perspectivas. É possível defini-la com base em critérios etários, em perspectivas demográficas, em um conjunto de características psicobiológicas, ou através de representações sociais acerca desse conceito (Casas, 1998). É importante salientar que a infância é uma perspectiva através da qual se concebe a criança, e não um estado universal compartilhado. A infância possui seu significado atrelado às transformações e configurações sociais. Existem múltiplas infâncias, vivenciadas a partir de diversos contextos, que não são necessariamente estáveis com o passar do tempo (Casas, 1998; Frota, 2007).

Para identificar as relações entre o bem-estar das crianças e seus contextos especificam-se alguns aspectos a respeito da visão de infância. Para isso, é necessário que a compreensão de infância extrapole o conceito de etapa evolutiva, visto que pode ser compreendida através de um contexto datado geográfica e historicamente. O conhecimento de suas impressões sobre o contexto onde estão inseridas – tais como suas famílias, escolas, bairros e pessoas que fazem parte de suas vidas – auxilia no entendimento do fenômeno da infância como um todo (Cruz, Hillesheim, & Guareschi, 2005).

Figura no imaginário social a imagem de que infância equivale a um período de felicidade e despreocupações, que pode ser eleito como a melhor etapa da vida. Porém, nem todas as crianças têm a oportunidade de vivenciar esse período dessa maneira. Muitas crianças acabam assumindo responsabilidades e deparando-se com realidades de miséria e vulnerabilidade social (Frota, 2007). A construção dessas infâncias é permeada por aspectos culturais que são diferentes em cada País.

Historicamente, a compreensão sobre a infância e sobre o que era esperado das crianças alterou-se ao longo dos séculos. É contemporânea ao renascimento a primeira noção de que as crianças exibem comportamentos diferentes daqueles esperados dos

adultos. Essa ideia acompanha a emergência da noção moderna de família (Ariés, 1981). No século XV, na Inglaterra e em outros países da Europa, as crianças em situação econômica desfavorecida eram vistas como força de trabalho. Assim como os adultos, sua principal ocupação era o trabalho em fábricas (Postman, 1999). Da mesma forma, a visão de infância e adolescência como diferentes etapas da vida surge apenas no século XIX, no âmbito literário (Mauad, 2004).

No Brasil o processo de reconhecimento da Infância como fase de desenvolvimento tem seus primeiros registros datados da época da colonização portuguesa. Foi nesse período que começaram a surgir escolas jesuítas, cuja educação era destinada a uma pequena parcela das crianças. O ensino público, que ampliou a educação para outras classes sociais, passou a existir no final do século XVIII, e ainda assim não atingia as crianças de famílias pobres. As crianças em situação de vulnerabilidade deveriam se tornar pequenos trabalhadores rurais ou cidadãos úteis ao contexto urbano (Del Priore, 2004).

A concepção de infância não é a única que se modifica com o passar do tempo. Durante o século XIX, as relações íntimas e intrafamiliares foram transformadas. A responsabilidade pelo cuidado das crianças começa a ser atribuída especificamente às suas mães. Em geral, as gestantes nessa época eram muito jovens e passavam instantaneamente de crianças a progenitoras. Nas classes sociais mais abastadas pais, avós, tias, amas e damas de companhia também participavam da vida das crianças. Em algumas famílias, as crianças eram mais próximas dos serviçais da casa do que de suas mães. Esse afastamento dos progenitores variava proporcionalmente com a classe social (Mauad, 2004).

Foi também nessa época, com a crescente responsabilidade atribuída à família pelo cuidado das crianças que se relata um alto número de crianças abandonadas por suas famílias. A criação das crianças órfãs e abandonadas ficava a cargo de instituições religiosas. Nesse período não havia diretrizes oficiais do que deveria ser feito com as

crianças abandonadas pelos pais e a responsabilidade pelo seu cuidado era determinada por atos de caridade (Frota, 2007).

Os primeiros rumores que discutiam a quem se atribuiriam as responsabilidades por essas crianças e os sinais de reconhecimento de que tinham direitos começaram a emergir, no Brasil, junto à questão trabalhista. Protestantes sinalizavam condições de trabalho desumanas para adultos e crianças, além de salientar a situação de exploração de trabalho infantil amplamente utilizada por fábricas e indústrias na década de 20. Em 1923, com o decreto nº16272 surgiu o primeiro documento a reconhecer que situações de pobreza e tratamento desumanos seriam geradores de crianças abandonadas e dos chamados jovens delinquentes (Passetti, 2004).

Em 1927 foi assinado outro documento no qual foram atribuídos direitos específicos às crianças e adolescentes, o Código de Menores, direcionado a qualquer indivíduo com idade inferior a 18 anos. Tal documento apresentou a primeira regulamentação de trabalho infantil para as crianças do país, proibindo a prática aos menores de 14 anos. Além disso, foi a partir de então que o Estado responsabilizou-se por crianças abandonadas e foi proposta a aplicação de punições com o intuito de diminuir os comportamentos contraventores de crianças e adolescentes (Passetti, 2004). Assim, em poder do Estado, as crianças eram submetidas a tratamentos e cuidados que os massificavam e excluía, contribuindo para um imaginário social onde estas eram vistas pela sociedade com desvalia e preconceitos (Frota, 2007). Em 1942 o Ministério da Justiça inaugurou o Serviço de Assistência ao Menor, que seria o equivalente ao sistema prisional, porém, voltado aos menores de idade, tendo como foco principal a correção/repressão (IPEA/CONANDA, 2004).

O Estado buscava evitar comportamentos violentos e oferecer educação pautada em atos de obediência e resignação. Assim, concebia-se a necessidade de que os egressos desse sistema estivessem prontos para a inserção no mercado de trabalho, em quaisquer cargos

que lhes fossem oferecidos, passando a ser parte da sociedade e abandonando o status de problema social. A vida nessas instituições pressupunha a necessidade de treinamento técnico e não tinha como objetivo ser um cuidado substituto (Passeti, 2004).

Esse sistema oferecia condições de tratamento subumanas e os internos eram ainda mais estigmatizados e vítimas de preconceito do que antes de sua internação. Tendo presentes as falhas dos programas implementados até então, em 1964 foi criada a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM). As principais diretrizes atribuíam importância à família e à reinserção comunitária dos denominados menores, além de terem como meta a internação nos orfanatos apenas como último recurso. A prioridade não era somente o contato direto com as crianças, mas também a possibilidade de prevenir que engajassem em comportamentos de risco. Intensificou-se, portanto, a prática de recolhimento dos menores que eram considerados problemas sociais (Rizzini, 2004).

As FEBEMs centralizavam a institucionalização de crianças e adolescentes órfãos e infratores nos estados do Brasil, sendo órgãos de referência dessa nova abordagem de direitos da infância e da adolescência. Contavam com diversos especialistas nas áreas de atendimento como psicólogos, sociólogos, médicos e outros gestores das instituições. Tendo em vista a educação, a socialização, a assistência social e a diminuição de problemas sociais diversos, as crianças eram submetidas a castigos que tinham como principal objetivo o seu bem-estar. Apesar disso, as tentativas de educação não foram necessariamente bem-sucedidas, repetindo práticas de isolamento e multiplicando comportamentos de risco (Passeti, 2004).

Em 1988 com a Constituição Federal Brasileira e com a posterior aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 teve início um processo de revisão e mudança nas práticas que eram adotadas no país, em relação ao cuidado das crianças. Com

a nova legislação, entrou em vigor a doutrina de proteção integral das crianças e adolescentes. O ECA respeita os princípios estabelecidos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança. A FUNABEM foi extinta e instaurada a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, que foi descontinuada em 1995 (IPEA/CONANDA, 2004).

O ECA (1990) designa crianças e adolescentes como prioridades do Estado, abandonando a terminologia estatal anterior, “menor”. O novo conjunto de leis garante proteção de maus-tratos familiares, sem a necessidade de internação em primeira instância, alimentação, educação, políticas sociais e bases para o exercício da cidadania. Para garantir o atendimento aos direitos das crianças e adolescentes foi criado o Conselho Tutelar de cada município (ECA, 1990). Dessa forma, espera-se da sociedade como um todo fiscalização dos direitos e zelo às crianças e adolescentes (Passeti, 2004).

À família, assim como à comunidade e à sociedade em geral, cabe assegurar a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Deve-se levar em conta, prioritariamente a efetivação dos direitos referentes “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (Art. 4º, ECA, 1990).

O sustento, a guarda e a educação dos filhos de até 18 anos cabem aos pais. Além disso, os progenitores têm o dever de cumprir e fazer cumprir quaisquer determinações judiciais (Art 22º, ECA, 1990).

Família e configurações familiares

Os pais devem ter como função o cuidado dos filhos, o provimento de condições materiais e afetivas para o seu desenvolvimento e assegurar-lhes proteção e segurança. A família é uma instituição social fundamental, cuja influência é essencial na formação dos indivíduos (Araújo, 2002). A família, como principal agente de socialização da criança,

contribui para sua formação, através da facilitação para a aquisição de habilidades, comportamentos e valores (Oliveira, Siqueira, Dell’Aglío, & Lopes, 2008). Cabe à família, ainda, assegurar-se da perpetuação da espécie, sendo que deve prover aos bebês humanos os cuidados adequados para um desenvolvimento saudável (Pratta & Santos, 2007). Entende-se que a família tem importante papel de manutenção de laços sociais (Torres & Dessen, 2006). Para Georgas (2006), uma definição aceitável do que é família pressupõe que seja uma instituição universal e necessária a todas as sociedades. Entretanto, o que varia com a cultura e contexto sócio histórico são os tipos de família e sua organização.

A maneira como a família se estrutura está conectada ao seu momento histórico e social. Fatores ambientais, sociais, econômicos, culturais, políticos, religiosos e históricos, afetam diretamente a organização da célula familiar (Pratta & Santos, 2007). Dessa forma, a família brasileira sofreu influências demográficas, econômicas e mudanças sociais, que têm causado mudanças estruturais nas relações familiares e redefinições quanto ao modelo tradicional de família nuclear (Torres & Dessen, 2006).

O desenho de família que se tem presente na elaboração deste trabalho inaugura-se, tendo por base, um movimento social datado do século XVII. Nesse período, pessoas com diferentes graus de parentesco conviviam em sociedade, sem diferenciação daqueles com quem não tinham consanguinidade. No início do século XVIII, porém, as moradias passaram a ser divididas por critérios de parentesco. Nesses locais de convivência e residência compartilhada surgiu a noção de que a família pode ser espaço para trocas afetivas, instaurando sentimentos de pertença a esses núcleos (Passos, 2005).

Para Georgas (2006) as características das famílias estão ligadas a processos históricos que repercutem nas formas atuais de organização. O processo de industrialização, por exemplo, ainda repercute na forma de organização das famílias ocidentais. Enquanto nos séculos XVIII e XIX a principal atividade econômica era agricultura familiar de subsistência, famílias numerosas faziam sentido socialmente. Com a industrialização e a

consequente expansão urbana, a maioria das famílias passou a configurar a população de grandes cidades, onde constituíram famílias menores.

A inserção profissional feminina e sua consequente contribuição financeira no orçamento familiar influenciam os papéis desempenhados por cada um dos membros da família (Wagner, Predebon, Mosman, & Verza, 2005). Existem famílias onde o progenitor masculino é o principal provedor financeiro, mas também existem aquelas onde há divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres, ou ainda outras nas quais as mulheres são as principais provedoras financeiras (Fleck & Wagner, 2003). O aumento no número de divórcios, as convenções e legislações sobre os direitos das crianças também agem diretamente sobre os padrões de relações familiares (Montserrat, 2008).

São diversas as configurações e possibilidades de convivência intrafamiliar. Existem casais que vivem com seus filhos (adotivos ou não), casais que vivem separados ou divorciados com ou sem filhos, famílias monoparentais, com pais homoafetivos, recasamentos, além daquelas compostas principalmente por outros membros da família extensa (Montserrat, 2008).

Dessa forma, é possível conceber que as experiências vivenciadas no seio familiar influenciam no desenvolvimento das crianças. A família é palco do exercício de afeto e de diversas emoções que contribuem para a visão de mundo e de si mesmo, podendo afetar sua satisfação com diversos aspectos de sua vida.

Os impactos das modalidades de configuração familiar no desenvolvimento de crianças e adolescentes têm assumido destaque no meio científico. Oliveira et al. (2008), em estudo de revisão acerca das principais produções acadêmicas a respeito da influência das diferentes configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes, encontraram que os estudos dessa área dividem-se em categorias específicas. Os artigos sobre monoparentalidade, divórcio e a separação, o recasamento e famílias intactas

compõem uma gama de aspectos sobre a temática das configurações familiares e possuem ampla difusão e divulgação acadêmica.

Em estudo sobre os efeitos da configuração familiar e a estabilidade das trajetórias de desempenho acadêmico de crianças, encontrou-se que em famílias com apenas um dos pais, com convívio contínuo, as crianças obtiveram melhor desempenho acadêmico do que quando comparadas a crianças com instabilidade familiar e múltiplas separações. Entretanto, não houve diferenças significativas na estabilidade entre os grupos com apenas um dos pais com convívio contínuo, e com apenas um dos pais com convívio interrompido, tampouco com padrasto, ou madrasta com convívio contínuo (Sun & Li, 2011).

Independentemente da configuração familiar, a família deve servir como espaço de cuidado e garantia de preservação dos direitos das crianças e adolescentes, o que nem sempre acontece. As dinâmicas de funcionamento familiar podem promover um ambiente protetivo ou de risco. Nas famílias onde existem situações de violência, abuso sexual e negligência de diversos cuidados há dificuldade para fornecer apoio e proteção às crianças, arriscando o desenvolvimento e o bem-estar. Nesses casos, tornam-se necessárias medidas de proteção (Siqueira & Dell'Aglio, 2007), conforme previsto no ECA (1990).

Acolhimento Institucional

Nas décadas de 60 e 70, as instituições de acolhimento objetivavam o cuidado total das crianças que estavam em poder do estado, incluindo sua educação formal. Aqueles que precisavam de cuidado especial deveriam ser atendidos à parte do restante da população. Entretanto, a partir dos anos 80, na Europa, compreendeu-se que crianças acolhidas deveriam ser integradas ao meio externo às instituições, devendo, portanto, ter o direito de frequentar escolas junto de outras crianças de sua idade.

No Brasil, esse panorama começou a mudar a partir da consolidação do ECA (1990). O Estatuto assegura às crianças e adolescentes que lhes sejam resguardados direitos

humanos mundialmente reconhecidos. É baseado em princípios de proteção integral, assegurando direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à cultura, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Se algum desses direitos for desrespeitado, seja por ação ou omissão da sociedade, de pais ou responsáveis ou ainda em razão de suas condutas, o ECA (1990) prevê a aplicação de medidas de proteção.

A Lei nº 12.010 (2009) que atualiza o ECA (1990) determina que as medidas aplicadas em modalidade de acolhimento institucional ou familiar devem ter caráter provisório, sendo que devem ser transitórias para reintegração familiar, devendo ser revistas a cada 6 meses. O período de colocação em qualquer uma das medidas de acolhimento não deve ultrapassar dois anos. Caso a reintegração familiar não seja possível, deve ocorrer a colocação em família substituta. Porém, é importante ressaltar que nenhuma dessas medidas implica em privação de liberdade (Art. 9º, parágrafo único).

As modalidades de medida de proteção estatais são os abrigos institucionais para pequenos grupos, as casas-lares, o serviço de acolhimento em famílias substitutas e as repúblicas (Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, 2009). Dessa forma, com a existência de novas modalidades de proteção através do reordenamento das instituições de acolhimento, abandonam-se os grandes abrigos que tinham dificuldades na execução de atendimento especializado e individualizado para as crianças em acolhimento. O modelo anterior, no formato de grandes abrigos com metas coercitivas isolava a criança e o adolescente do contexto familiar, violando seus direitos à convivência familiar e comunitária (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013).

O reordenamento das instituições prevê que o acolhimento institucional na modalidade de abrigo tenha como sede uma residência, inserida na comunidade, com bairro cujas típicas características arquitetônicas denotem um espaço residencial. Nessas instituições, o número máximo de crianças abrigadas não deve ultrapassar 20 crianças ou adolescentes. Essas crianças são acolhidas até que tenham condições de regressar ao

convívio familiar, ou que sejam recolocadas em famílias substitutas. É necessário que possa ser oferecido atendimento individualizado e que as crianças e adolescentes tenham acesso aos aparatos comunitários disponíveis (Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, 2009).

Oliveira (2006) destaca que a estrutura física, em termos da arquitetura do imóvel onde funcionam as instituições é uma questão muito importante para que o atendimento realizado possa ser realmente personalizado. A autora considera que para que um atendimento personalizado possa ocorrer não é necessário que o estado tente substituir ou imitar a família. Para que isso ocorra devem ser considerados fatores como a capacidade do imóvel, a continuidade da relação entre cuidadores e funcionários e as crianças, além de um plano de trabalho individualizado.

As casas-lares são outra modalidade de atendimento disponível, nas quais são acolhidas até 10 crianças, com pelo menos um cuidador residente. Assim como os abrigos, sua estrutura física deve ser semelhante à de uma casa, localizada em áreas residenciais e acompanhar o padrão socioeconômico da comunidade. O serviço deve dispor de supervisão técnica e estimular relações mais aproximadas de um ambiente familiar, promovendo hábitos e atitudes, que, com autonomia, possam favorecer as capacidades de interação com as pessoas da comunidade (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013; Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, 2009).

O serviço de acolhimento em família acolhedora constitui-se de famílias que se cadastram e são selecionadas, capacitadas e acompanhadas pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento. Essas famílias constituem-se em uma modalidade de acolhimento provisória, tais como os abrigos e casas-lares. Acolhem uma criança por vez, com exceção de grupos de irmãos que podem ser acolhidos juntos. Caso o grupo de irmãos seja superior a dois, as casas-lares deverão também ser consideradas como modalidade de acolhimento

que pode atender às demandas desse grupo (Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, 2009).

As repúblicas constituem-se em modalidade de acolhimento que tem como objetivo a transição entre a vida institucional e a vida autônoma, adulta, quando a maioria é atingida. Essa modalidade não busca assemelhar-se com ambiente familiar. Deve servir como local para que os jovens possam organizar-se autonomamente. Acolhe jovens entre 18 e 21 anos, que estejam em situação de vulnerabilidade social e cujos vínculos familiares tenham sido rompidos, sem que tenham, ainda, condições para se auto sustentar. Devem ser separadas por sexo e respeitar o número máximo de até seis pessoas acolhidas (Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, 2009).

Nesse estudo, tem-se interesse particular por investigar as especificidades das crianças acolhidas na modalidade de abrigo. É importante apontar que a região sul concentrava, em 2013, 21% dos abrigos do país. Considerando as quantidades de abrigos por modalidades de acolhimento existentes na região sul, constatou-se que 61,9% eram abrigos e 38,1% casas-lares (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013).

As principais causas que levam ao acolhimento de crianças e adolescentes são a negligência ou a dependência química dos pais ou responsáveis (em mais de 80% dos casos). Constata-se também como motivos para o acolhimento o abandono dos pais ou responsáveis (77% dos casos), a violência doméstica (60% dos casos) e o abuso sexual praticado por pais ou responsáveis (45% dos casos). Ressalta-se que os motivos não são exclusivos, ou seja, a mesma criança pode ter sido acolhida por mais de um dos motivos citados (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013; IPEA, 2004). Oliveira (2006) destaca que esses motivos parecem estar ligados à dificuldade estatal de promover políticas públicas que consigam incorporar as reais demandas dessa população.

A transitoriedade do acolhimento prevista na Lei nº 12.010 (2009) tem como principal objetivo garantir o direito à convivência familiar e comunitária. É importante que

a criança continue tendo contato com seus pais para que essa reintegração possa ocorrer. Entretanto, o Conselho Nacional do Ministério Público (2013) relata que em mais de 75% das entidades existem crianças que não recebem a visita de seus pais ou outros membros da família por tempo superior a dois meses, embora a maioria das crianças possua família. Essa dificuldade na manutenção dos vínculos familiares indica menores chances de reinserção nesse contexto. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente indica que a manutenção dos vínculos familiares deve ser prioridade no atendimento a crianças e adolescentes. É necessário que as instituições sejam sensíveis às situações familiares para que possam encaminhar as famílias para programas de proteção social.

Gulassa (2006) considera que, na visão das famílias, os abrigos cumprem uma função de assistência já que as substituem enquanto buscam uma condição minimamente adequada para a sobrevivência. A autora acredita que, nessa postura, as famílias sequer percebem que estão delegando a guarda de seus filhos ao estado. Muitas famílias concebem o abrigo como oportunidade de prover os filhos com elementos os quais não teriam condições, tais como educação, saúde, alimentação e segurança.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (CONANDA, 2006) deve orientar as ações dos funcionários e decisões nos contextos institucionais. Tem como diretrizes básicas a centralidade das famílias nas políticas públicas, atribuir a responsabilidade do Estado na promoção de políticas públicas de apoio familiar, o reconhecimento das habilidades e potencialidades das famílias, além de respeitar a diversidade em termos étnicos, culturais, de orientação sexual, gênero e particularidades físicas, sensoriais e mentais (CONANDA, 2006). Além disso, o Estado deve ter condições de fortalecer a autonomia da criança e adolescente, ajudando-o na construção de um projeto de vida, a garantir o sistema de excepcionalidade e provisoriedade das medidas de proteção, a realizar o reordenamento dos programas de acolhimento, a promover adoções centradas no interesse das crianças e

adolescentes, além de exercer o controle social das políticas públicas (responsabilidade de formular, deliberar e fiscalizar a política de atendimento e também normatizar, assistir e ponderar sobre os serviços prestados pelas instituições) (CONANDA, 2006).

Compreende-se que com atendimentos baseados no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, as instituições de acolhimento tenham capacidade de fornecer condições para um desenvolvimento saudável, garantindo-lhes os direitos previstos por lei. À medida que as instituições conseguem realizar um atendimento preserve os direitos previstos no ECA, estarão sendo protetivas para as crianças, especialmente quando comparados à situação anterior. Porém, percebe-se que em alguns casos, as instituições de acolhimento repetem comportamentos disfuncionais que eram evidenciados nas famílias. Nesses casos, as situações de risco permanecem (Siqueira & Dell’Aglia, 2006). Ainda assim o abrigo pode ser considerado uma medida de proteção efetiva e imediata em relação às condições anteriores de maus-tratos.

Azôr e Vectore (2008), em seu estudo com cinco famílias de adolescentes egressos de sistema de acolhimento institucional de uma cidade de Minas Gerais, encontraram como resultados que as razões que levam à desintegração familiar e ao acolhimento institucional são múltiplas e estão associadas às situações de pobreza, de falta de contato com redes de apoio familiar, ausência de figura paterna e por fim, desestruturação familiar. Com as tentativas de reintegração familiar, aqueles adolescentes que voltaram a viver com seus pais relataram que o período em que estiveram abrigados foi sofrido para si e para suas famílias. Atualmente, a principal causa para o desligamento das instituições de abrigo ainda é a reintegração ao sistema familiar (IPEA, 2004).

Montserrat, Casas e Malo (2012) em estudo com jovens de 18 a 22 anos, egressos de instituições de acolhimento, na Catalunha, pontuam que aqueles cujas infâncias e adolescências foram passadas junto a seus pais prosseguiram com sua educação formal com

maior facilidade (em termos de rapidez e desempenho), do que aqueles que a vivenciaram afastados de seus pais. Os resultados indicam que os que passaram por situação de acolhimento institucional não recebem o mesmo encorajamento para ingressar em universidades e estudar em cursos de ensino superior por parte de professores e cuidadores, que aqueles que vivem com suas famílias. Suas opções mais viáveis costumam ser o estudo em ensinos técnicos profissionalizantes, visando o ingresso no mercado de trabalho. Nesse sentido, o afastamento desses jovens das instituições de ensino superior pode aumentar ainda mais o hiato entre sua realidade daqueles que viveram com suas famílias.

Pouca literatura foi encontrada sobre as trajetórias educacionais das crianças e adolescentes egressos dos sistemas de acolhimento em contexto brasileiro. Entretanto, Moreira (2013) realizou um trabalho com profissionais que atuam em abrigos e adolescentes egressos do acolhimento em Fortaleza. Os principais resultados apontam que jovens egressos do sistema de proteção participaram de cursos profissionalizantes oferecidos nas próprias instituições de acolhimento e, assim como os jovens espanhóis, não ingressaram no meio acadêmico. Entretanto, essa não é uma realidade exclusiva dessa população, considerando que o acesso à universidade é restrito a minoria da população, sendo que, em 2012, apenas 12,0% da população brasileira possuía ensino superior completo ou equivalente (IBGE, 2013).

Além disso, compreende-se que para os adolescentes que passaram grande parte de sua vida em acolhimento institucional o momento de desligamento da instituição também acarreta sofrimento psíquico, ainda que muitos estudos demonstrem prejuízos decorrentes do período de acolhimento. Aqueles jovens que são desligados da instituição por completarem 18 anos são ainda mais exigidos em termos de habilidades de autonomia e gerenciamento de suas próprias vidas. Assim, pode-se compreender que, ainda que a instituição de acolhimento não seja a fonte de proteção integral ideal, pode-

se constituir num contexto de condições protetivas (Abaid, Siqueira, & Dell’Aglío, 2012).

Bem-Estar de Crianças

O estudo de aspectos positivos da vida das crianças, assim como temáticas relativas ao crescimento e desenvolvimento saudável, vem se fortalecendo no meio acadêmico. Há um crescente interesse em ampliar o conhecimento científico sobre a infância. Esse interesse tem como bases as mudanças significativas que ocorreram na vida familiar. Os novos arranjos familiares demandaram profissionais dispostos a compreender que famílias são essas e de que forma a infância é vivenciada nesses novos contextos. Os pesquisadores buscaram ampliar o conhecimento por indicadores da infância que fossem além dos dados objetivos, como taxas de mortalidade, de escolaridade. Considera-se pertinente também, acessar os indicadores subjetivos da infância. Para isso, é importante poder contar com o estudo das percepções das crianças sobre suas vidas (Ben-Arieh, 2010).

Compreende-se que as crianças são sujeitos de direito, os quais interessa conhecer e compreender. Verificar o que as crianças pensam a respeito de seu bem-estar é uma forma de reconhecer seus direitos e sua cidadania. Além disso, considerar o papel das crianças como informantes de suas vidas, transfere-as de um status de objetos de políticas a atores sociais ativos (Ben-Arieh, 2005). Dessa forma, a postura do pesquisador de considerar as crianças como informantes confiáveis a respeito de suas próprias vidas contribui para a discussão sobre os indicadores subjetivos da infância, além de garantir-lhes seus direitos.

Desvendar o que as crianças pensam requer, dos pesquisadores, um esforço para uma aproximação de sua realidade. Cabe reconhecer sua linguagem, que pode ser diferenciada da dos adultos, fazendo uso de uma espécie de tradução. Dessa forma, não se descarta a importância de conhecer indicadores objetivos da qualidade de vida das crianças, como descritores de qualidade de moradia e renda familiar. Porém, atribui-se relevância

aos indicadores subjetivos da infância, que podem levar a indícios de diferenças entre as crianças, por exemplo, diferentes reações a distintos eventos estressores (Ben-Arieh, 2005; Bradshaw, Keung, Rees, & Goswami, 2011).

A mensuração do bem-estar infantil leva em conta âmbitos que vão além dos temas de saúde, educação, demografia e serviços sociais (Casas, 2010). Portanto, o estudo da satisfação das crianças sobre serviços e aspectos de sua vida, assim como seus interesses podem contribuir para a compreensão do bem-estar como um todo.

Existem múltiplas definições para o conceito de bem-estar, não havendo na literatura, atualmente, um consenso sobre o termo. Ryan e Deci (2001) pontuam que a discussão teórica sobre o significado de bem-estar é complexa e controversa e que a escolha de uma definição implica uma postura teórica e prática. Nesse trabalho, adota-se a perspectiva do bem-estar subjetivo.

O estudo do bem-estar subjetivo tem como base pesquisas de levantamento realizadas com grandes populações. (Diener, Suh, Lucas, & Smith, 1999). O bem-estar subjetivo relaciona-se com a satisfação de um indivíduo consigo mesmo, e com outros aspectos de sua vida, além de uma avaliação global, também chamada de satisfação vital (Casas et al., 2003).

Diener (2006) considera que essas avaliações podem ser feitas em diversos níveis, tanto cognitivos – nos quais essas avaliações tomam aspectos como satisfação com trabalho, interesse e engajamento – e afetivos – relativas a sentimentos no enfrentamento de diversas situações ao longo da vida. Considera-se que o bem-estar subjetivo é construído com base nas experiências de vida das pessoas, suas percepções sobre esses eventos e a avaliação que fizeram sobre suas vivências (Diener, 1984).

O principal componente cognitivo das avaliações que integram o bem-estar subjetivo é relativo à satisfação com domínios específicos da vida –no caso da infância podem ser considerados a escola, a família, os amigos – e à satisfação com a vida baseada

em uma avaliação global (Diener, 2009). Para essa avaliação são ponderados aspectos positivos e negativos da vida, e o resultado é atravessado pela estabilidade temporal. Dessa forma, compreende-se que o estado afetivo atual não influencia essa avaliação (Lucas, Diener, & Suh, 1996).

Em relação ao componente afetivo do bem-estar subjetivo, pode-se dizer que ele se divide em afetos positivos e afetos negativos, que podem ser compreendidos através da teoria dos afetos nucleares de Russel (2003). Para o autor, os afetos nucleares são passíveis de acesso consciente e relacionam-se aos sentimentos mais simples que podem ser percebidos nas manifestações emocionais. Pode ou não ser o foco da consciência. Logo, é possível ter acesso a esse afeto nuclear de maneira consciente, mas ele costuma não ser o foco de atenção da consciência. Quando ocorre alguma alteração, entretanto, o afeto nuclear toma conta da consciência e, ao mesmo tempo, ao passo que o sentimento diminui ou se estabiliza novamente, deixa de ser foco da atenção consciente. Quando o afeto é neutro ou estável, talvez deixe de aparecer na consciência.

Os afetos nucleares podem ser acessados continuamente em determinado estado e podem assim, acabar influenciando outros processos psicológicos que estejam acontecendo simultaneamente. O processamento cognitivo é afetado de acordo com o princípio da congruência de humor. Quanto mais positivo um afeto nuclear é, mais positivos os acontecimentos, memórias ou visões parecem (Russel, 2003).

Segundo Diener (2006) os afetos positivos são relativos a emoções agradáveis como alegria e afeição. Incluem sentimentos de baixo, médio e alto contentamento. Além disso, incluem reações positivas frente a outras pessoas (como é o caso do sentimento de afeição), a atividades (como interesse) ou a humores positivos em geral (como a alegria). Já os afetos negativos englobam sentimentos desagradáveis, e representam respostas negativas a eventos da vida. As principais manifestações de afetos negativos são raiva, tristeza, ansiedade e preocupação, estresse, frustração, culpa e inveja. Apesar de, em algumas

situações, considerar-se que as emoções negativas sejam adaptativas, o seu prolongamento pode interferir no funcionamento da pessoa como um todo, além de tornar sua vida desagradável. No que diz respeito à percepção das crianças, Giacomoni (2002) encontrou que elas são capazes de identificar afetos positivos e relacioná-los com o bem-estar subjetivo.

Os estudos desenvolvidos com crianças sobre seu bem-estar ainda são escassos. Porém, alguns estudos com crianças e adolescentes brasileiros cabem ser destacados. Giacomoni (2002) estudou a felicidade de 200 crianças de cinco a doze anos de idade. Além disso, através de entrevistas individuais investigou a percepção das crianças sobre o bem-estar subjetivo, indicadores de qualidade de vida e eventos significativos em suas vidas. A autora ainda validou os instrumentos “Escala de satisfação de vida global infantil”, “Escala Multidimensional de vida para crianças” (Giacomoni & Hutz, 2008) e “Escala de Afeto Positivo e Negativo para crianças” (Giacomoni & Hutz, 2006). Além disso, os resultados dos estudos de Giacomoni (2002) indicaram ainda que ter uma família, o amor dos pais ou ter irmãos está relacionado com o conceito de bem-estar subjetivo.

Já Poletto e Koller (2011) investigaram o bem-estar subjetivo de crianças e adolescentes que estavam frequentando escolas e morando junto a suas famílias e adolescentes em situação de acolhimento em Porto Alegre. Os resultados do estudo indicaram que não havia diferenças significativas na satisfação e afeto positivo das crianças e adolescentes que viviam com suas famílias e das crianças institucionalizadas. Entretanto, os grupos se diferenciaram em afeto negativo, sendo que as crianças institucionalizadas vivenciam mais afetos negativos.

Outro estudo em contexto brasileiro buscou investigar o bem-estar de crianças, adolescentes e seus pais, através da aplicação de diferentes medidas de avaliação. Participaram do estudo 543 crianças e adolescentes e seus respectivos pais. As escalas utilizadas (*Personal Wellbeing Index, Satisfaction with Life Scale, Brief Multidimensional*

Student's Life Satisfaction Scale, e Core Affects Scale) apresentaram bons índices de ajuste na análise fatorial. Os adolescentes diferenciaram-se significativamente de seus pais, apresentando médias mais elevadas. Dos itens avaliados, 5 apresentaram correlações moderadas no bem-estar de pais e filhos: a satisfação com a família, com o lugar onde vive, com as condições onde vive, com o nível de vida e com a segurança. A correlação entre os itens aponta para a formação de uma dimensão que pode ser chamada de satisfação com o mesosistema (Bedin, 2013).

Em termos de comparações multiculturais, Casas et al. (2012a) investigaram o funcionamento de uma escala de bem-estar, a Personal Wellbeing Index, em adolescentes brasileiros, espanhóis e chilenos em seu formato original e com a adição de dois itens relativos à satisfação consigo mesmo e ao uso do tempo. Os resultados apontaram um bom funcionamento das escalas nos diferentes contextos, tanto com o número original de itens, quanto com os dois itens adicionais.

Em revisão sobre o bem-estar subjetivo e as pesquisas existentes do campo na infância e na adolescência, Casas (2010) aponta que as pesquisas com crianças acerca de seu bem-estar ainda são muito recentes. O autor justifica que, mesmo que existam publicações acerca do tema, com crianças, poucas têm por base a perspectiva da psicologia positiva e concentram-se em populações não clínicas. Seligman e Csikszentmihalyi (2000) acreditam que cabe à psicologia desvendar quais condições e contextos permitem que o indivíduo se desenvolva e de que forma a vida das pessoas pode ser melhor vivida. Para os autores, estudos cujo foco seja a experiência subjetiva positiva, traços positivos individuais e instituições positivas devem aumentar a qualidade de vida e prevenir patologias decorrentes de períodos da vida, nos quais se vivencia ausência de significado.

Investigações que privilegiem os contextos de desenvolvimento compõem uma perspectiva ecológica-contextual. Através desse raciocínio considera-se a importância da relação que se estabelece entre participante e pesquisador. Assim, o pesquisador tem o

compromisso ético de compreender a realidade a qual o participante está inserido, através da perspectiva do participante. Kelly (2006) propõe que para compreender a realidade multifacetada em que os sujeitos estão envolvidos é imprescindível que as proposições teóricas dos pesquisadores sejam testadas, mensuradas e compreendidas através do significado dessas teorias para os participantes que vivenciam o fenômeno. Nesse sentido, a compreensão do bem-estar das crianças extrapola medidas de observação de comportamentos, que os considere consultores. Através desse viés, torna-se importante considerar que os participantes são especialistas de suas próprias vidas. Muitos estudos que investigam aspectos da infância acessam os adultos envolvidos na vida das crianças, como pais ou professores. Às crianças é negado o direito de participar de investigações que buscam conhecer suas satisfações e insatisfações. Em relação ao bem-estar subjetivo infantil, compreende-se que a participação das crianças é imprescindível para compreender o fenômeno, além de ser uma forma de respeitar seus direitos e garantir intervenções e políticas públicas efetivas (Casas & Bello, 2012).

Além disso, Kelly (2006) propõe que os significados que são vividos e compartilhados pelas pessoas são definidos pelos contextos nos quais se inserem. Dessa forma, estabelece-se a reciprocidade das relações. O contexto afeta os significados atribuídos e compartilhados, mas ao mesmo tempo é afetado pelas pessoas que o compõem. A abordagem ecológica contextual dá atenção aos estágios, passos, e atividades que atribuem significado único a qualquer contexto específico.

Sarriera (2010) salienta que é através do paradigma ecológico que se pode compreender a realidade através de uma visão holística, com um aparato de reflexão mais semelhante ao contexto no qual as pessoas estão inseridas. Kelly (2006) propõe que estudos que consigam identificar as principais interações em diversos seguimentos da vida das pessoas, feitas pelos indivíduos nos seus contextos respeitam a perspectiva ecológica.

Nesse sentido, compreende-se a necessidade do estudo sobre as diversas facetas que envolvem a vida das crianças. Em termos de uma investigação que prioriza identificar o bem-estar das crianças, importa conhecer sua satisfação com os contextos onde estão inseridas, com as pessoas com as quais se relacionam, com os lugares com quem moram e, especialmente, com as pessoas com quem resi

Justificativa e apresentação dos objetivos

O contexto no qual a criança se insere e as relações que estabelece no mesmo importam para o seu desenvolvimento (Sarriera et al., 2007). Oliveira et al. (2008), em revisão sobre configurações familiares encontraram amplo número de estudos que indicam a ausência de consequências significativas no comportamento de crianças e adolescentes em diferentes configurações familiares. Questiona-se, porém a existência de uma relação entre as diferentes configurações familiares e a percepção de bem-estar das crianças. Dessa forma, um dos objetivos desse estudo é verificar diferenças nos níveis de bem-estar de crianças de diferentes configurações familiares.

A família é um dos principais núcleos de relações sociais que se estabelece na infância e, portanto, acredita-se que exerça importante influência na percepção de bem-estar. Os abrigos devem servir como substitutos das famílias. Portanto, busca-se investigar se existem diferenças significativas nos níveis de bem-estar das crianças em situação de acolhimento e daquelas que residem com suas famílias, para que se possa também conhecer os efeitos em ambas as situações, especialmente na daquelas que estão privadas do convívio familiar. É importante conhecer o que pensam essas crianças a respeito de seu bem-estar, seu entorno, suas famílias, a instituição onde vivem, entre outros, para que se desvendem as principais diferenças entre os grupos.

Identificar aspectos positivos em relação às vidas das crianças abrigadas poderá diminuir o estigma da situação de vulnerabilidade. Não se pretende ignorar suas

experiências, mas conhecê-las a fim de saber de que maneira, e em quais dimensões, ajudá-las, para reduzir barreiras e maximizar oportunidades, conforme proposto por Casas, Montserrat e Malo (2010).

Esta pesquisa foi dividida em dois estudos empíricos quantitativos. No capítulo II apresenta-se uma investigação sobre os índices de bem-estar de crianças, cujo objetivo é investigar e comparar o bem-estar daquelas que residam com seus familiares em famílias intactas, monoparentais, reconstituídas e ampliadas. Além disso, foi investigada a relação entre as variáveis relativas ao bem-estar e as variáveis sociodemográficas sexo e idade.

No capítulo III, é apresentado estudo cujo objetivo foi identificar os níveis de bem-estar das crianças em acolhimento e aspectos associados. Além disso, o estudo visou verificar diferenças e semelhanças entre o bem-estar das crianças acolhidas na modalidade de abrigo e aquelas crianças que residem com suas famílias.

CAPÍTULO II: ESTUDO COMPARATIVO DO BEM-ESTAR SUBJETIVO DE CRIANÇAS DE DIFERENTES CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

INTRODUÇÃO

O bem-estar subjetivo representa avaliações em termos cognitivos e afetivos, refletindo as crenças e desejos das pessoas sobre sua satisfação com a vida, ou seja, sobre o quanto acreditam que sua vida seja realizada e desejável (Diener, 2012). Muitos estudos têm se encarregado de investigar quais aspectos podem influenciar essa avaliação sobre a vida dos adultos (Diener et al., 1999). Em revisão acerca da temática do bem-estar, Diener (2012) aponta alguns dos aspectos que vêm sendo estudados em razão da sua influência na percepção de bem-estar. Influências culturais, apoio social, comparação social, confiança e sentimento de controle são algumas das principais tendências nos estudos acerca do bem-estar dos adultos.

Compreende-se que os papéis sociais desempenhados na infância sejam diferentes dos vivenciados na vida adulta. Entretanto, estudos do bem-estar das crianças que buscam desvendar os aspectos subjetivos que podem influenciar sua satisfação com a vida ainda são escassos (Casas, 2010). Por outro lado, dispõe-se de diversos indicadores objetivos para avaliar o bem-estar das crianças. Alguns relacionados a condições materiais, cabendo avaliar situações de pobreza, violência infantil e maus tratos, por exemplo (Casas & Bello, 2012).

Rees et al. (2012) acreditam que conhecer e promover o bem-estar das crianças é essencial para a sociedade como um todo. Para isso, é necessário compreender quais são os principais aspectos que afetam a vida das crianças, e ouvir as opiniões das crianças é central para o desenvolvimento dessa compreensão. Para Casas e Bello (2012) as opiniões que as crianças têm sobre os temas que afetam suas vidas devem ser levadas em conta – incluindo avaliações sobre os diferentes âmbitos de suas vidas, satisfação com serviços, percepções de seus direitos, valores, atitudes e confiança nos adultos e instituições que lhes

cercam. As influências que os contextos sociais e culturais exercem sobre as percepções das crianças ainda não estão claras, mas compreende-se que provavelmente contribuam para a satisfação com a vida de adultos e crianças de formas diferentes (Casas & Bello, 2012).

Uma das premissas do paradigma ecológico-contextual é que o comportamento humano tem uma relação de interdependência com as funções que exerce em determinados contextos sociais (Kelly, 2006). Nesse sentido, é possível afirmar que um ambiente social pode exercer influência sobre o comportamento de um indivíduo e ser influenciado reciprocamente por ele. O comportamento de uma criança é fruto, e influencia, no funcionamento dos contextos em que está inserido. Compreende-se que a família é um dos primeiros contextos de socialização, onde se desenvolvem as primeiras relações interpessoais. Assim, provavelmente a avaliação que uma criança faz sobre sua vida deve ser influenciada pelo contexto social onde está inserida (no caso, a família), ao mesmo tempo em que influencia esse contexto.

A família, assim como o poder de escolha, foi considerada como um dos aspectos que exercem maior influência no bem-estar de crianças britânicas (Rees et al., 2012). Em pesquisa desenvolvida na Irlanda, com crianças a respeito das possíveis associações entre bem-estar e tempo livre dispendido com a família e amigos, encontrou-se que a relação entre as variáveis se desenvolve à medida que, no tempo em que as crianças passam com suas famílias, as interações sejam consideradas consistentes e seguras (McAuley McKeown & Merriman, 2012).

Nas últimas duas décadas, as transformações sociais (inserção feminina no mercado de trabalho, aumento no número de divórcios, diminuição no número de filhos por família) impactaram diversos aspectos das relações familiares, tais como estrutura e dinâmica das relações (Oliveira et al., 2008) e funções parentais (Wagner et al., 2005). As configurações

familiares foram diretamente afetadas com essas transformações, assim como o estudo sobre essas modalidades (Oliveira et al., 2008).

Entende-se que não existe uma única forma e/ou modelos válidos de família (Narvaz & Koller, 2005). Nas modalidades atuais de configurações familiares não se considera que exista um modelo ideal de família a ser aspirado. Todas as famílias devem ser respeitadas nas suas modalidades e arranjos. Além disso, podem ser considerados membros das famílias todos aqueles que os componentes da família assim elegerem, conforme critérios de afetividade e proximidade (Dessen & Braz, 2005). O IBGE (2013) considera como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, ou qualquer tipo de dependência ou normas de convivência, que residam na mesma unidade familiar.

Em algumas circunstâncias, as famílias se modificam e se reconfiguram. As mudanças decorrentes de uma situação de divórcio geram a necessidade de adaptação a transições familiares nem sempre previstas (Amato, 2000). Em alguns casos, a experiência da reconfiguração familiar parece impactar de forma negativa na vida adulta, especialmente em termos de psicopatologia (Amato & Cheadle, 2005; Amato & Sobolewski, 2001). Entretanto, as crianças que se sentem mais amparadas pelos pais parecem conseguir enfrentar a separação e outros problemas (Bradshaw et al., 2011). Imagina-se, ainda, que o bem-estar dos pais possa influenciar o bem-estar dos filhos. Outro estudo, em contexto brasileiro, com crianças, adolescentes e seus pais já buscou investigar a relação entre o bem-estar subjetivo de pais e o dos filhos (Bedin, 2013).

A presença dos avós na família também parece exercer influência sobre o bem-estar de crianças. Os avós são considerados pelas crianças confidentes e apoio essencial para atravessar os problemas familiares. Algumas crianças relatam maior proximidade com os avós maternos. Quanto maior a proximidade emocional com os avós, menos problemas de ajustamento as crianças apresentam (Dunn & Deater-Deckard, 2001). Para Attar-Schwartz,

Tan, Buchanan, Flouri, e Griggs (2009) os avós deveriam ser reconhecidos como fontes de apoio às crianças, especialmente aquelas que passam por transições familiares importantes.

Famílias monoparentais também têm sido foco de estudos nos últimos anos. Golombock (2004) em estudos sobre mães em famílias monoparentais afirma que se tem demonstrado impactos negativos no desenvolvimento cognitivo, social e emocional de crianças provenientes dessa configuração familiar, devido à ausência do pai. É possível que fatores como pressão social e ausência de apoio social possam interferir no desenvolvimento das crianças.

A relação entre configurações familiares e bem-estar já foi descrita por Gray, Chamrathirong, Pattaravanich e Prasartkul (2013). Nesse estudo, os pesquisadores encontraram que há influência das configurações, relacionamentos e coesão familiar sobre a felicidade de adolescentes.

O presente estudo propõe-se a verificar algumas das questões mencionadas. Essa pesquisa foi realizada com metodologia quantitativa, de caráter exploratório, e visa investigar e comparar o bem-estar de crianças que residam com seus familiares em famílias intactas, monoparentais, reconstituídas e ampliadas. O critério de família utilizado é semelhante ao empregado pelo IBGE (2013), citado anteriormente. A divisão dos tipos de configurações familiares foi feita com base na literatura, considerando os estudos mais frequentes sobre configurações familiares, conforme apontado por Oliveira et al. (2008).

Além disso, buscou-se verificar se aspectos como a idade e o sexo influenciam na percepção de bem-estar, associados às configurações familiares. Apesar da maioria dos estudos, com adolescentes, não encontrar diferenças significativas em relação a sexo alguns estudos realizados apontam para uma diminuição do bem-estar com o aumento da idade (Casas et al., 2012a; Goldbeck et al., 2007). Portanto, investigou-se também a relação entre as variáveis relativas ao bem-estar e as variáveis sociodemográficas sexo e idade.

MÉTODO

Participantes

Participam deste estudo 2290 crianças de ambos os sexos, com idades entre 9 e 13 anos ($M = 10,97$; $DP = 0,99$), regularmente matriculadas em escolas públicas e particulares dos municípios de Porto Alegre e região metropolitana, Santa Cruz do Sul, Rio Grande, Santa Maria e Passo Fundo. A amostragem foi realizada de forma não-probabilística e intencional. Buscou-se a escolha de cidades de médio porte do interior do Rio Grande do Sul e da capital Porto Alegre para que pudessem representar a população. As escolas das cidades foram contatadas respeitando critérios quanto a seu financiamento, ou seja, se públicas e privadas. As crianças convidadas a participar da pesquisa foram estudantes do 4^a a 7^a série, já que a idade média dessas séries corresponde à faixa dos 9 aos 13 anos. Tiveram a oportunidade de participar todos aqueles que eram alunos das turmas das séries estudadas, mediante seu consentimento e de seus responsáveis.

Dentre as crianças que compõem a amostra, 46% são meninos e 54% meninas, 59% têm entre 9 e 10 anos de idade e 41% possui entre 11 e 13 anos. Com relação às escolas, 60,6% dos participantes são estudantes de escolas públicas e 34,4% são estudantes de escolas privadas. No que diz respeito à localização das escolas, 59% dos participantes estudam em Porto Alegre e Região Metropolitana e 41% nas cidades do interior.

Instrumentos

Questionário de Bem-Estar na Infância

A aplicação dos instrumentos ocorreu através de um questionário preenchido pelos participantes da pesquisa. O questionário foi elaborado em parceria com a equipe da *ISCI*, coordenada pelo prof. Ferran Casas da *Universitat de Girona*, e sua composição se divide em questões que exploram percepções e avaliações sobre o bem-estar e seus derivados. Todos os instrumentos foram traduzidos de seu idioma original e submetidos à

back translation. Foram realizadas duas aplicações piloto do questionário para que se pusesse garantir a validação semântica dos itens apresentados. A primeira aplicação teve ainda como objetivo verificar quais os melhores formatos para responder às perguntas. Na segunda, buscando garantir a validade aparente, verificou-se que alguns itens deveriam ser reformulados para melhor compreensão das crianças.

A versão final conta com variáveis sócio demográficas como idade, gênero, cidade, nacionalidade. Além disso, foram feitas questões sobre onde moram (se residem em mais de uma casa ou não) e com quem moram, a partir de uma lista de opções: pai, mãe, companheiro da mãe, companheira do pai, avós, tios, irmãos, outros adultos. No caso de morarem em mais de uma casa, as crianças eram convidadas a marcar em duas colunas separadas as pessoas com quem moravam em casa. Compõem o questionário ainda as seguintes escalas:

Personal Wellbeing Index- School Children (PWI-SC)

O *Personal Wellbeing Index - School Children* (Índice de Bem-estar Pessoal para Crianças Escolares) foi desenvolvido originalmente para adultos por Cummins, Eckersley, Van Pallant, Vugt, e Misajon (2003) com o intuito de acessar o bem-estar em grupos variados da população. O instrumento original é composto por sete itens de satisfação, no qual cada um corresponde a um domínio (saúde, qualidade de vida, realizações, sentir-se seguro, com a comunidade, segurança em relação ao futuro, e relações interpessoais). Os itens são respondidos a partir de uma pergunta de satisfação com a vida em geral. Neste estudo será utilizada a versão proposta por Cummins e Lau (2005) para aplicação em crianças de idade escolar, com linguagem adaptada e simplificada. Os itens dessa escala são os seguintes “*O quanto satisfeito você está com todas as coisas que você tem?*”, “*O quanto satisfeito você está com sua saúde?*”, “*O quanto satisfeito você está com as coisas nas quais você quer ser bom?*”, “*O quanto satisfeito você está com seu relacionamento com as*

“peças em geral?”, *“O quanto satisfeito você está sobre o quanto seguro você se sente?”*, *“O quanto satisfeito você está sobre fazer coisas longe de casa?”*, *“O quanto satisfeito você está sobre o que pode acontecer com você no futuro?”*. Para a versão adaptada por Casas et al. (2012a) para adolescentes brasileiros, encontrou-se um alfa de Cronbach de 0,78. A versão para adultos também apresenta boa confiabilidade interna (alfa Cronbach entre 0,70 e 0,85). Para essa amostra, encontrou-se um alfa de Cronbach de 0,70.

Brief Multidimensional Students' Life Satisfaction Scale (BMSLSS)

A Versão Breve da Escala de Satisfação com a vida entre Estudantes (BMLSS) foi desenvolvida por Seligson, Huebner e Valois (2003). Em sua forma original, a BMLSS é composta por seis itens, através dos quais se obtém um índice de satisfação geral com a vida. A confiabilidade e validade da escala foram avaliadas no estudo de Benjamin, Funk, Huebner e Valois (2006), através do qual se recomenda a solução unifatorial, e a consistência interna obtida foi de 0,75. Para a versão adaptada por Bedin (2013) para adolescentes brasileiros encontrou-se um alfa de Cronbach de 0,72. A consistência interna para essa amostra foi de 0,69. Neste estudo, optou-se pela utilização de uma escala de 11 pontos, variando de 0 a 10, sendo 0 = Totalmente Insatisfeito e 10 = Totalmente Satisfeito.. Essa opção foi feita, uma vez que, na avaliação do bem-estar, escalas com intervalos maiores agregam maior sensibilidade ao instrumento. Dessa forma, as respostas dos participantes são mais discriminadas, especialmente nas diferenças entre respostas muito altas e respostas intermediárias (Cummins & Gullone, 2000). No questionário, os itens da escala respondem à pergunta *“Quanto satisfeito você está com...”* e são descritos à seguir: *“sua vida familiar”*, *“seus amigos e amigas”*, *“a sua experiência na escola”*, *“consigo mesmo”*, *“o bairro onde você vive, em geral?”*.

General Domain Satisfaction Index (GDSI)

O Índice de Satisfação com Domínios Gerais (GDSI) propõe-se a medir satisfação com diferentes domínios. Esse instrumento foi indicado pela *International Society for Child Indicators* (ISCI) através do Sistema de Indicadores de Bem-estar Infantil e desenvolvido por Casas e Bello (2012). É composto por 28 itens que são subdivididos em oito âmbitos (satisfação com a família e o lar, satisfação com aspectos materiais, satisfação com relacionamentos interpessoais, satisfação com o bairro, satisfação com a saúde, satisfação com o gerenciamento do tempo, satisfação com a escola e satisfação pessoal). Utiliza-se uma escala de 11 pontos que varia de completamente insatisfeito até completamente satisfeito. Para calcular o índice é feita uma média de cada domínio, e posteriormente, uma média de todos os domínios. Devido a problemas de compreensão no significado de dois itens (“satisfação com a polícia local do seu bairro” – do âmbito “satisfação com o bairro –, e “satisfação com as oportunidades que você tem na vida” – do âmbito “satisfação pessoal”) os mesmos não foram respondidos pelas crianças de 9 a 10 anos. Portanto, optou-se por não utilizá-los na comparação entre escalas. Dessa forma, utilizam-se nesse estudo 26 itens para compor a média geral do GDSI. A consistência interna para os 26 itens foi de 0,90 (alfa de Cronbach). Os itens da escala são apresentados, por domínios, na Tabela 1.

Tabela 1
Âmbitos do GDSI

Âmbitos	Itens (O quanto satisfeito você está com...)
Satisfação com a família e o lar	a casa ou apartamento em que você vive as pessoas que moram com você todas as outras pessoas da sua família sua vida familiar
Satisfação com aspectos materiais	todas as coisas que você tem
Satisfação com os relacionamentos interpessoais	seus amigos e amigas as pessoas que vivem no seu bairro seu relacionamento com as pessoas em geral
Satisfação com o seu bairro	a polícia local do seu bairro* os espaços ao ar livre que as crianças podem usar em seu bairro o bairro onde você vive, em geral
Satisfação com a saúde	como você é tratado quando vai ao médico
Satisfação com o gerenciamento do tempo	como você usa o seu tempo as coisas que você faz no seu tempo livre
Satisfação com a escola	a escola em que você vai outras crianças da sua sala de aula suas notas na escola a sua experiência na escola
Satisfação Pessoal	a liberdade que você tem as oportunidades que você tem na vida* sua aparência consigo mesmo sua autoconfiança sobre o quanto seguro você se sente com as coisas nas quais você quer ser bom sobre o que pode acontecer com você no futuro sobre você é ouvido pelos adultos em geral sobre fazer coisas longe de casa

*itens não utilizados nesse estudo.

Procedimentos

Essa pesquisa foi previamente submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS e registrada junto à Plataforma Brasil sob o número 00674612.6.0000.5334. O presente estudo foi apresentado em escolas públicas e privadas de Porto Alegre e da região metropolitana, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Cruz do Sul e Santa Maria, selecionadas por conveniência. A partir do aceite das escolas, oficializado por meio do Termo de Concordância Institucional (Anexo A), os alunos foram convidados pelos aplicadores ou coordenadores das escolas a participar da pesquisa e os objetivos e procedimentos envolvidos foram esclarecidos. Foi enviado aos pais, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), no qual constam os dados relativos à pesquisa e contatos dos pesquisadores para eventuais dúvidas ou questionamentos. Participaram do estudo aquelas crianças que, devidamente autorizadas por seus pais ou responsáveis, entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinados por si mesmos e pelos responsáveis.

Foi agendado um período de aula na escola para a aplicação dos questionários. Assim, o instrumento foi aplicado de maneira coletiva, em sala disponibilizada pelas escolas com duração estimada de 40 minutos, dependendo das particularidades de cada criança. A aplicação foi realizada por dois pesquisadores treinados. Antes do início da aplicação, enfatizou-se que as crianças tinham plena liberdade de participar da pesquisa, sendo que poderiam desistir de preencher o questionário em qualquer momento, sem que houvesse nenhuma consequência em relação a essa escolha.

Análise de Dados

Conforme os objetivos propostos, análises descritivas foram efetuadas a fim de apresentar as principais configurações familiares encontradas na amostra, bem como os

índices de bem-estar pessoal, satisfação com a vida de estudante e com os demais domínios estudados (família, aspectos materiais, relacionamentos interpessoais, bairro, saúde, gerenciamento do tempo e satisfação pessoal). Para avaliar diferenças entre grupos, os dados foram submetidos à Análise Bivariada. Foram conduzidas também Análises de Variância Multivariadas (MANOVA) para verificar as diferenças entre configurações familiares com relação aos diferentes construtos de bem-estar avaliados.

RESULTADOS

Inicialmente tinha-se uma amostra de 2290 crianças de 9 a 13 anos. Optou-se pela exclusão de 155 casos que apresentaram respostas incoerentes relativas à configuração familiar, por exemplo, crianças que assinalaram viver em mais de uma casa, mas somente preencheram com quem residiam em uma casa, ou crianças que marcaram o mesmo membro da família como residente em duas casas. Após a exclusão dos 155 casos, a base final é composta por 2135 crianças.

Utilizou-se como critério de classificação das diferentes configurações familiares pesquisadas as tendências que Oliveira et al.. (2008) apontam como as maiores incidências de estudos na área, sendo que as principais configurações apresentadas na literatura são: intacta, divórcio, recasamento, monoparentais e ampliadas. Para fins desse estudo, as configurações divórcio e recasamento serão consideradas como reconstituídas. Os grupos foram descritos a seguir:

1. **Famílias Intactas** (52,3% da amostra): crianças que vivem com sua **mãe** e seu **pai** em apenas **uma casa** (ou na primeira casa) e **sem seus avós ou outros adultos**.

2. **Famílias Monoparentais** (9,5% da amostra): crianças que moram apenas em **uma casa** com a **mãe** ou o **pai**, **sem seus avós ou outros adultos**.

3. **Famílias Reconstituídas** (12,6 % da amostra): crianças que

a. Moram em apenas **uma casa**, **com um dos progenitores** e **com o companheiro(a)** da mãe ou do pai;

b. Moram **em mais de uma casa**, sendo **em cada casa com um dos progenitores e sem companheiro(a)** da mãe ou do pai **em ambas as casas**;

c. Moram **em mais de uma casa**, sendo **em cada casa com um dos progenitores**, e **com companheiro(a)** da mãe ou do pai **em pelo menos uma das casas**.

Em todas as modalidades descritas em famílias reconstituídas, nem os avós nem outros adultos residem com as crianças.

4. **Famílias Ampliadas** (25,6% da amostra): crianças que residem **com os avós ou outros adultos** e com ou **sem seus progenitores**. Compreende-se que a presença dos avós é um fenômeno diferenciado e que, o fato de um dos avós residir junto à família modifica sua configuração familiar. Attar-Schwartz, Tan, Buchanan, Flouri, e Griggs (2009) encontraram que a presença dos avós, apesar de apresentar resultados na diminuição de problemas de ajustamento, não apresenta influencia específica entre os modelos de configuração intacta, monoparental e reconstituída.

Estatísticas Descritivas

A seguir serão apresentadas, nas Tabelas 2, 3 e 4, as médias das respostas das crianças para os itens dos instrumentos utilizados, considerando-se a amostra por idade, sexo e tipo de configuração familiar.

Tabela 2:

Médias e Desvios Padrão do GDSI por Idade, Sexo e Configuração Familiar

Configuração Familiar	Meninos		Meninas		Total	
	09 a 10 anos	11 a 13 anos	09 a 10 anos	11 a 13 anos	09 a 10 anos	11 a 13 anos
	<i>M (DP)</i>		<i>M(DP)</i>		<i>M(DP)</i>	
Intacta	8,92 (0,92)	8,69 (0,93)	9,04 (0,86)	8,57 (1,06)	8,99 (0,89)	8,63 (1,00)
Monoparental	8,83 (0,82)	8,53 (1,14)	8,84 (1,19)	8,19 (1,34)	8,83 (1,06)	8,36 (1,25)
Reconstituída	8,76 (1,11)	8,31 (1,00)	8,69 (1,02)	7,95 (1,36)	8,72 (1,06)	8,10 (1,23)
Ampliada	8,82 (1,00)	8,37 (1,05)	9,03 (0,89)	8,21 (1,26)	8,93 (0,95)	8,27 (1,18)
Total	8,86 (0,97)	8,56 (1,00)	8,98 (0,93)	8,35 (1,21)	8,93 (0,94)	8,45 (1,12)

Tabela 3:

Médias e Desvios Padrão do PWI-SC por Idade, Sexo e Configuração Familiar

Configuração Familiar	Meninos		Meninas		Total	
	09 a 10 anos	11 a 13 anos	09 a 10 anos	11 a 13 anos	09 a 10 anos	11 a 13 anos
	<i>M (DP)</i>		<i>M(DP)</i>		<i>M(DP)</i>	
Intacta	8,99 (1,04)	9,13 (0,91)	8,96 (0,90)	8,84 (1,09)	9,07 (0,96)	8,90 (1,00)
Monoparental	9,00 (0,83)	8,93 (1,10)	8,46 (1,59)	8,53 (1,28)	8,95 (1,00)	8,50 (1,43)
Reconstituída	8,90 (1,33)	8,75 (1,11)	8,73 (1,05)	8,12 (1,51)	8,82 (1,21)	8,37 (1,36)
Ampliada	8,93 (1,09)	9,13 (0,85)	8,48 (1,19)	8,55 (1,30)	9,04 (0,97)	8,52 (1,25)
Total	8,96 (1,08)	9,06 (0,95)	8,77 (1,10)	8,63 (1,25)	9,02 (1,01)	8,69 (1,18)

Tabela 4:

Médias e Desvios Padrão da BMLSS por Idade, Sexo e Configuração Familiar

Configuração Familiar	Meninos		Meninas		Total	
	09 a 10 anos	11 a 13 anos	09 a 10 anos	11 a 13 anos	09 a 10 anos	11 a 13 anos
	<i>M (DP)</i>		<i>M(DP)</i>		<i>M(DP)</i>	
Intacta	9,05 (1,07)	8,85 (1,16)	9,19 (0,94)	8,75 (1,13)	9,13 (1,00)	8,80 (1,15)
Monoparental	8,87 (1,33)	8,60 (1,17)	8,93 (1,37)	8,37 (1,47)	8,91 (1,35)	8,49 (1,33)
Reconstituída	8,86 (1,28)	8,49 (1,27)	8,67 (1,29)	8,10 (1,62)	8,76 (1,28)	8,26 (1,49)
Ampliada	8,92 (1,17)	8,49 (1,19)	9,16 (0,99)	8,42 (1,27)	9,05 (1,08)	8,45 (1,23)
Total	8,97 (1,15)	8,70 (1,19)	9,10 (1,06)	8,54 (1,29)	9,04 (1,10)	8,61 (1,25)

Observando as Tabelas 2, 3 e 4 percebem-se algumas semelhanças entre as médias apresentadas. Nas três escalas (GDSI, PWI-SC e BMSLSS) as médias das crianças diferenciam-se significativamente, diminuindo com o aumento da idade. Em relação às configurações familiares percebe-se que as crianças com as médias mais elevadas são as crianças de famílias intactas. Destaca-se que, com exceção dos resultados dos meninos para o PWI-SC, a configuração familiar que tem as próximas médias mais elevadas é a Ampliada, na qual o diferencial é a presença dos avós ou de outros adultos.

Diferenças entre médias de bem-estar das crianças por idade e sexo

Na Tabela 5 estão descritas as médias e desvios-padrão por item das escalas, por sexo e para as médias totais das crianças de até 10 anos e de 11 a 13 anos. Também é possível observar se há diferenças significativas entre as médias totais das crianças de até 10 anos e de 11 a 13 anos. As diferenças significativas estão indicadas no gráfico por um asterisco.

Tabela 5

Comparação de Médias por Itens e Domínios das Escalas por Sexo e Idade

	Meninos <i>M (DP)</i>	Meninas <i>M (DP)</i>	9 a 10 anos <i>M (DP)</i>	11 a 13 anos <i>M (DP)</i>	Total <i>M (DP)</i>
PWI-SC 7					
Coisas que você tem	9,35 (1,27)	9,32 (1,40)	9,52 (1,16)**	9,06 (1,54)	9,33 (1,35)
Saúde	9,37 (1,43)	9,45 (1,31)	9,51(1,24)**	9,28 (1,51)	9,42 (1,37)
Coisas nas quais você quer ser bom	9,09 (1,61)*	8,95 (1,65)	9,25 (1,45)**	8,67 (1,82)	9,01 (1,64)
Relações com outras pessoas	8,62 (1,99)	8,80 (1,87)*	8,77 (1,98)	8,65 (1,85)	8,72 (1,92)
Segurança	8,80 (1,82)*	8,60 (2,10)	8,93 (1,89)**	8,34 (2,09)	8,68 (1,99)
Fazer coisas longe de casa	7,99 (2,60)	8,00 (2,55)	8,02 (2,65)	7,96 (2,45)	7,99 (2,57)
Futuro	8,64 (1,57)	8,35 (1,74)	8,92 (1,96)**	8,64 (2,01)	8,80 (1,99)
BMSLSS					
Vida familiar	9,32 (1,48)**	9,11(1,83)	9,34 (1,62)**	9,01 (1,77)	9,21 (1,69)
Amigos e amigas	8,92 (1,73)	9,05 (1,72)	9,08 (1,72)	8,87 (1,75)	8,99 (1,74)
Experiência na escola	8,82 (1,83)	9,09** (1,55)	9,19 (1,53)**	8,65 (1,82)	8,97 (1,68)
Consigo mesmo	8,98 (1,82)	8,82 (1,93)	9,12 (1,67)**	8,56 (2,13)	8,89 (1,88)
O bairro onde você vive em geral	8,04 (2,37)	8,15 (2,33)	8,26 (2,37)**	7,87 (2,30)	8,10 (2,35)
GDSI					
Família e lar	9,09(1,14)	9,04 (1,25)	9,18 (1,15)**	8,91 (1,27)	9,07 (1,21)
Aspectos materiais	9,35 (1,26)	9,32 (1,40)	9,52 (1,16)**	9,06 (1,54)	9,33 (1,35)
Relacionamentos interpessoais	8,23 (1,67)	8,43 (1,57)**	8,45(1,61)**	8,20 (1,62)	8,34 (1,62)
Bairro	7,82 (2,30)	7,69 (2,34)	7,96 (2,28)**	7,45 (2,35)	7,74 (2,32)
Saúde	9,02 (1,82)	9,01 (1,79)	9,23 (1,61)**	8,71 (2,02)	9,02 (1,80)
Gerenciamento do tempo	8,88 (1,52)	8,76 (1,70)	9,09 (1,43)**	8,29 (1,44)	8,82 (1,63)
Escola	8,59 (1,37)	8,71 (1,34)*	8,91(1,13)**	8,29 (1,45)	8,65 (1,35)
Satisfação pessoal	8,64 (1,28)	8,56 (1,4)	8,84(1,20)**	8,26 (1,48)	8,60 (1,35)

** $p < 0,01$ e * $p < 0,05$ para diferenças entre médias

De acordo com a Tabela 5, pode-se observar que no PWI-SC meninos e meninas diferenciaram-se significativamente nos itens “coisas nas quais você quer ser bom”, “segurança”, e “relações com outras pessoas”, sendo que nos dois primeiros os meninos apresentaram médias mais altas e no último as meninas apresentaram as médias mais elevadas.

Em relação à idade, percebe-se que os grupos diferenciaram-se significativamente em quase todos os itens, sendo que as crianças de 9 a 10 anos apresentaram as médias mais

elevadas em todos os itens. Os itens nos quais não houve diferenças significativas por idade foram “relações com outras pessoas” e “fazer coisas longe de casa”. No total, o item com a maior média na escala foi em relação à “satisfação com a saúde” e com a menor média “satisfação quanto a fazer coisas longe de casa”.

Na BMLSS, os meninos e meninas diferenciaram-se significativamente nos itens “vida familiar” e “experiência na escola”, sendo que no primeiro os meninos apresentaram médias mais elevadas e no segundo as meninas apresentaram as maiores médias. Quando comparados por idade, o único item no qual os grupos não se diferenciaram significativamente foi em relação aos amigos e amigas. No total, o item com a maior média é em relação à vida familiar, e a menor média em relação ao bairro onde vive.

No GDSI, os únicos âmbitos nos quais há diferenças significativas entre meninos e meninas são “relacionamentos interpessoais” e “escola”. Em ambos, as maiores médias são as das meninas. Por idades, os grupos diferenciaram-se significativamente em todos os âmbitos. O âmbito com a maior média, no total, foi “Família e Lar” e com a menor média foi “Bairro”.

Diferenças entre médias de bem-estar das crianças por idade, sexo e configurações familiares

Com o objetivo de examinar as diferenças entre as médias do bem-estar das crianças (PWI-SC, BMSLSS e GDSI) considerando-se idade, sexo e configurações familiares realizaram-se Análises Multivariadas de Variância (MANOVA) e Análises de Variância (ANOVA). As variáveis dependentes foram as médias das escalas PWI-SC, BMLSS e GDSI, considerando-se que esses instrumentos são representantes do construto do bem-estar e apresentam altas correlações entre si, com correlações a partir de 0,76, conforme mostra a Tabela 6.

Tabela 6

Correlações Entre as Escalas BMSLSS, GDSI e PWI-SC

		1.	2.	3.
1.	BMSLSS	1		
2.	GDSI	0,859**	1	
3.	PWI-SC	0,694**	0,789**	1

** $p < 0,01$.

Na Tabela 7, apresentam-se os resultados da MANOVA, que utilizou como variáveis independentes idade, sexo e configuração familiar (CF) e como variáveis dependentes as três escalas que estão sendo utilizadas para medir o bem-estar (PWI-SC, BMSLSS e GDSI). Com as escalas analisadas como uma unidade percebe-se que dentre as variáveis independentes a idade apresentou efeito significativo ($p < 0,001$), assim como a configuração familiar ($p < 0,001$). Quando analisadas as interações entre as variáveis independentes destaca-se que a única interação significativa é entre idade e sexo ($p = 0,039$).

Tabela 7

MANOVA por idade, sexo e configurações familiares (CF)

	<i>Lambda de Wilks^a</i>	<i>F</i>	<i>gl</i>	<i>Erro gl</i>	<i>Sig.</i>
Idade	0,960	26,222	3,00	1889,00	0,001
Sexo	0,999	0,883	3,00	1889,00	0,449
CF	0,981	4,143	9,00	4597,48	0,000
Idade * sexo	0,996	2,787	3,00	1889,00	0,039
Idade * CF	0,993	1,439	9,00	4597,48	0,165
Sexo * CF	0,992	1,625	9,00	4597,48	0,102
Idade * sexo * CF	0,995	0,992	9,00	4597,48	0,444

^aVariáveis dependentes: PWI-SC, BMSLSS e GDSI

^bProva de Bonferroni para configuração familiar: Intacta < Ampliada < Monoparental < Reconstituídas

Analisando de forma univariada, separadamente, as variáveis dependentes, com o uso da ANOVA, percebe-se que as três variáveis dependentes (PWI-SC, BMSLSS e GDSI) contribuíram para a diferença por idade e por configuração familiar. Além disso, a variável PWI-SC, de forma univariada, foi capaz de diferenciar significativamente a interação entre idade e configuração familiar (idade*CF) e sexo e configuração familiar (sexo*CF). Já a variável GDSI foi capaz de diferenciar significativamente a interação entre idade e sexo (idade*sexo), como pode ser verificado na Tabela 8.

Tabela 8

ANOVA por idade, sexo e configuração familiar (CF)

	Variável Dependente	Soma dos quadrados	Gl	Média quadrada	F	Sig.
Idade	PWI-SC	43,670	1	43,670	37,744	0,001
	BMSLSS	58,564	1	58,564	43,984	0,001
	GDSI	77,589	1	77,589	75,700	0,001
Sexo	PWI-SC	0,974	1	0,974	0,842	0,359
	BMSLSS	1,245	1	1,245	0,935	0,334
	GDSI	2,260	1	2,260	2,205	0,138
CF	PWI-SC	32,136	3	10,712	9,258	0,001
	BMSLSS	42,125	3	14,042	10,546	0,001
	GDSI	33,047	3	11,016	10,747	0,001
Idade * sexo	PWI-SC	2,396	1	2,396	2,071	0,150
	BMSLSS	5,059	1	5,059	3,800	0,051
	GDSI	7,226	1	7,226	7,050	0,008
Idade * CF	PWI-SC	11,812	3	3,937	3,403	0,017
	BMSLSS	5,641	3	1,880	1,412	0,237
	GDSI	7,592	3	2,531	2,469	0,060
Sexo * CF	PWI-SC	10,108	3	3,369	2,912	0,033
	BMSLSS	5,766	3	1,922	1,443	0,228
	GDSI	3,345	3	0,837	0,006	0,353
Idade * sexo * CF	PWI-SC	2,508	3	0,836	0,723	0,538
	BMSLSS	0,157	3	0,052	0,039	0,990
	GDSI	0,406	3	0,135	0,132	0,941

A seguir apresentam-se três gráficos para ressaltar as diferenças significativas entre as médias, por idade. No primeiro gráfico (Figura 1) é possível visualizar as médias do PWI-SC com as diferenças entre crianças de 9 a 10 anos e de 11 a 13 anos. Além das médias,

apresentam-se também as barras de erro contendo os intervalos de confiança de 95% das médias. As médias das crianças de 9 a 10 anos ($M = 9,00$; $DP = 1,02$) foram significativamente ($p < 0.001$) mais altas do que a das crianças de 11 a 13 anos ($M = 8,66$; $DP = 1,21$).

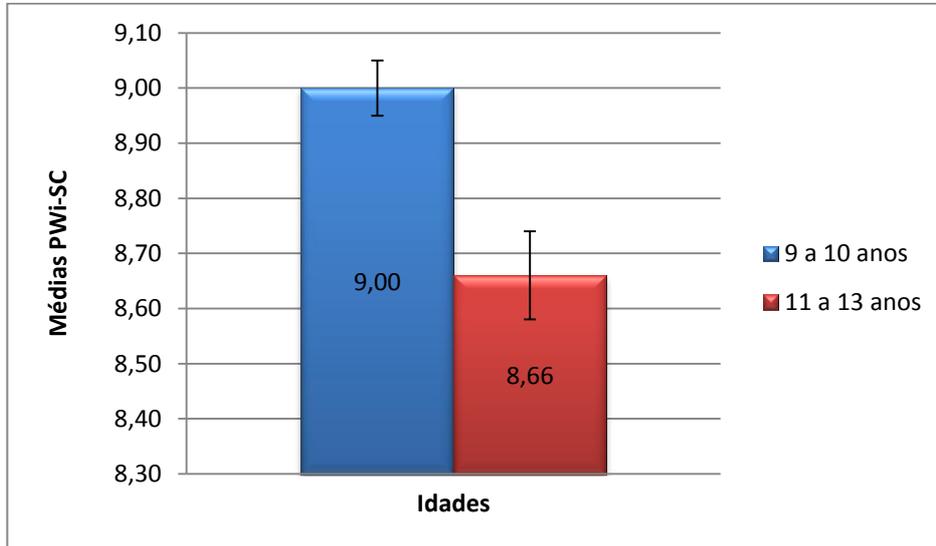


Figura 1: Diferenças entre médias do PWI-SC por idade

Através da Figura 2, é possível visualizar as diferenças por idade na BMSLSS e os intervalos de confiança de 95%. As médias das crianças de 9 a 10 anos ($M = 9,00$; $DP = 1,13$) são significativamente ($p < 0.001$) mais altas do que a das crianças de 11 a 13 anos ($M = 8,60$; $DP = 1,30$).

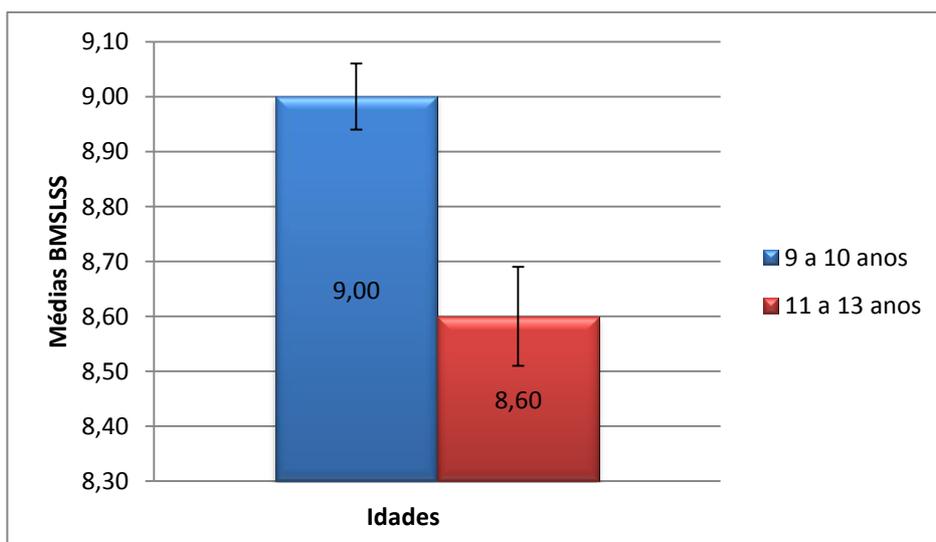


Figura 2: Diferenças entre médias do BMSLSS por idade

Na Figura 3, apresentam-se as médias e os intervalos de confiança de 95%, por idade, para o GDSI. As médias das crianças de 9 a 10 anos ($M = 8,92$; $DP = 0,95$) foram significativamente ($p < 0,001$) mais altas do que a das crianças de 11 a 13 anos ($M = 8,44$; $DP = 1,12$).

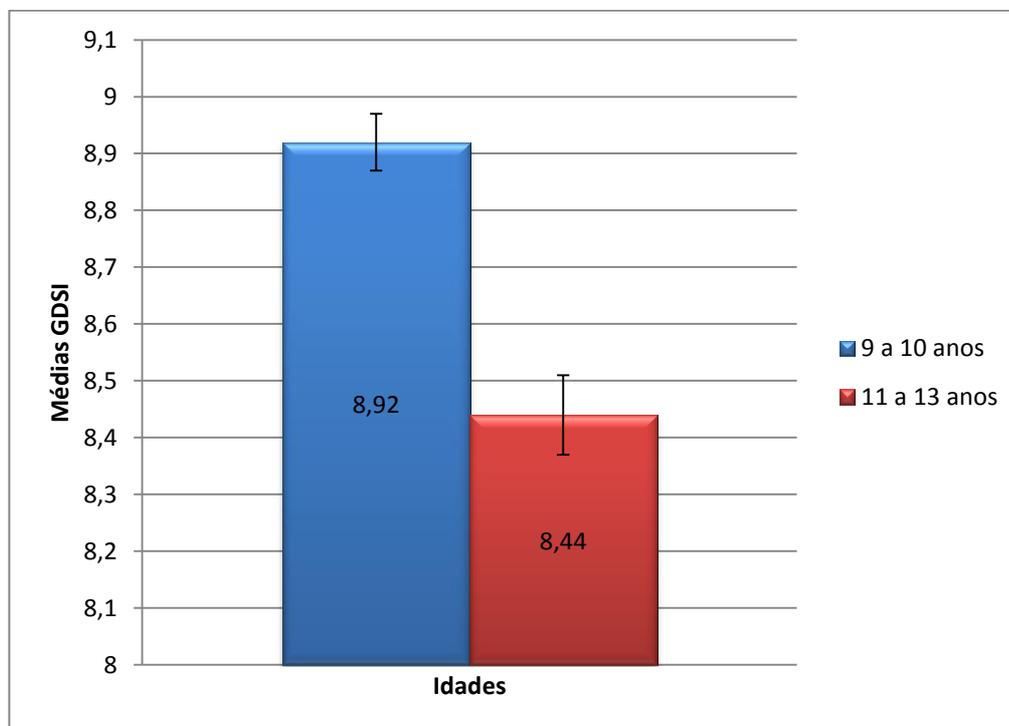


Figura 3: Diferenças entre médias do GDSI por idade

Com relação às configurações familiares, relatam-se diferenças significativas para as três escalas de bem-estar. O gráfico da Figura 4 apresenta as diferenças significativas para o PWI-SC ($p < 0,001$). A média mais baixa foi referente à configuração reconstituída ($M = 8,63$; $DP = 1,29$), seguida da monoparental ($M = 8,74$; $DP = 1,29$), da ampliada ($M = 8,80$; $DP = 1,13$), e, por fim, com a maior média, a intacta ($M = 9,00$; $DP = 0,94$). O teste *post hoc* Bonferroni evidenciou diferenças significativas entre a intacta e a monoparental ($p = 0,027$), a intacta e reconstituída ($p < 0,001$) e entre a intacta e a ampliada ($p = 0,010$). As demais configurações, quando comparadas entre si, não apresentaram diferenças estatisticamente significativas.

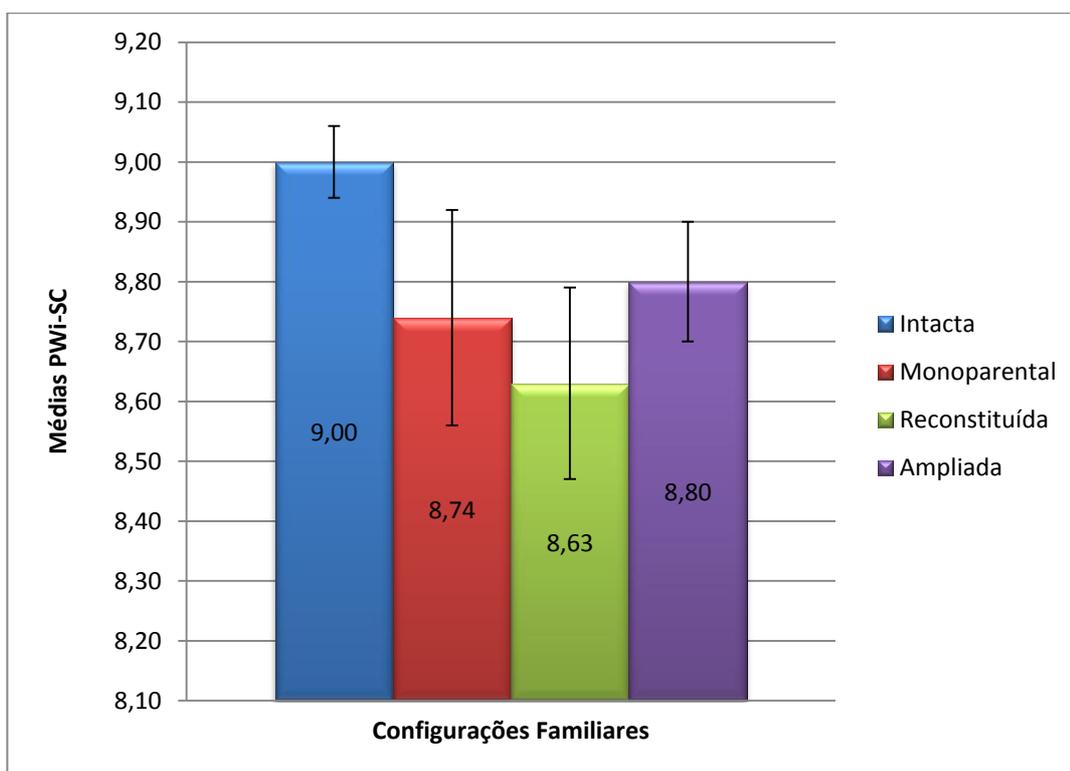


Figura 4: Diferenças entre médias do PWI-SC para as configurações familiares

As diferenças entre configurações familiares para o BMSLSS (Figura 5) também são significativas ($p < 0,001$). Assim como no PWI-SC, a média mais alta é referente à configuração intacta ($M = 9,00$; $DP = 0,99$), seguida da ampliada ($M = 8,78$; $DP = 1,13$), da monoparental ($M = 8,71$; $DP = 1,24$) e, por fim, com a média mais baixa, a reconstituída ($M = 8,55$; $DP = 1,29$). No teste post hoc Bonferroni, também houve diferenças significativas entre a intacta e a monoparental ($p = 0,023$), a intacta e reconstituída ($p < 0,001$) e entre a intacta e a ampliada ($p = 0,007$), sendo que não houve outras diferenças significativas na comparação entre as demais configurações.

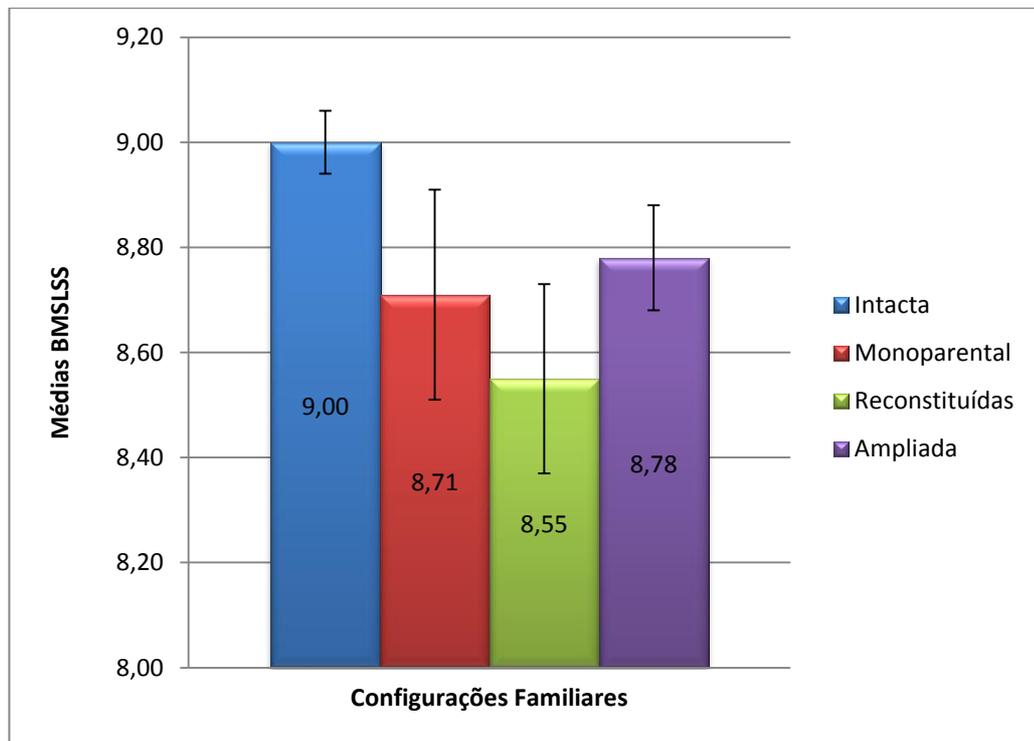


Figura 5: Diferenças entre médias do BMSLSS para as configurações familiares

Para o GDSI, percebem-se também diferenças significativas ($p < 0,001$), entre configurações familiares (Figura 6). No GDSI, as médias mantiveram-se com a mesma ordem que nas escalas anteriores, sendo que a média mais alta é referente à configuração intacta ($M = 8,84$; $DP = 0,95$), seguida da ampliada ($M = 8,64$; $DP = 1,10$), da monoparental ($M = 8,61$; $DP = 1,17$), e a média mais baixa, a reconstituída ($M = 8,46$; $DP = 1,16$). Através do teste *post hoc* Bonferroni, detectaram-se diferenças significativas entre a intacta e a reconstituída ($p < 0,001$) e entre a intacta e a ampliada ($p = 0,003$). Não houve diferença significativa entre a intacta e a monoparental ($p = 0,051$). As outras configurações não apresentaram diferenças significativas entre si.

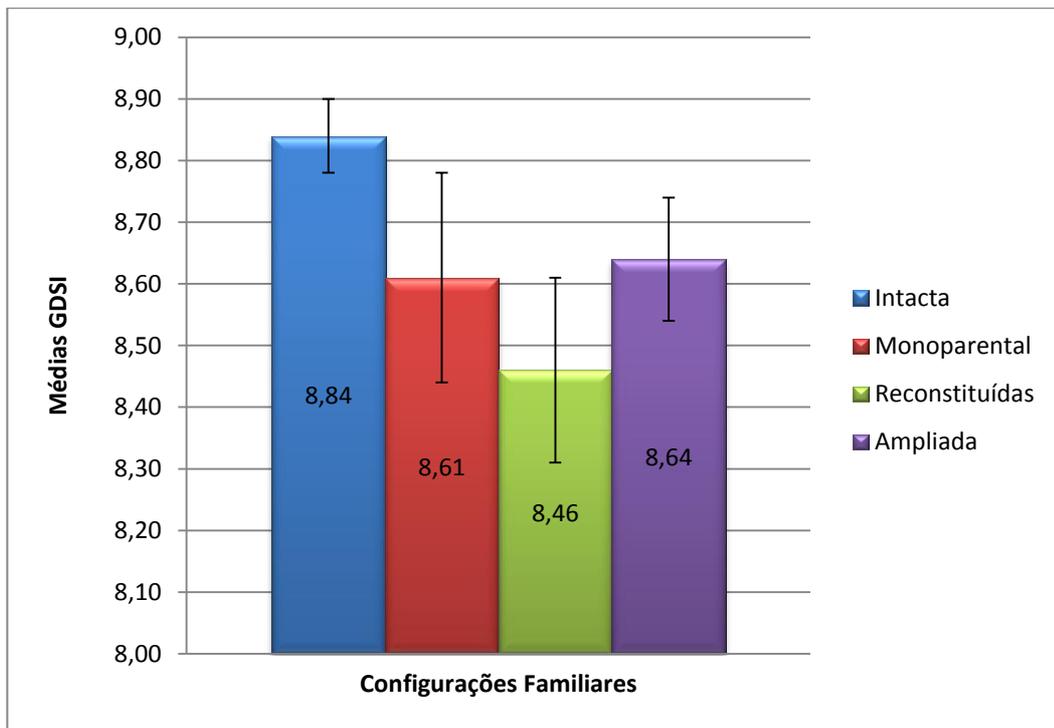


Figura 6: Diferenças entre médias do GDSI para as configurações familiares

No que diz respeito às interações, destacam-se três significativas, que serão descritas a seguir. Na interação significativa entre idade e sexo ($p = 0,008$) demonstrada na Figura 7, as meninas de 9 a 10 anos apresentaram médias mais elevadas ($M = 8,98$; $DP = 0,93$) do que os meninos ($M = 8,86$; $DP = 0,97$). Entretanto, os meninos de 11 a 13 anos apresentaram médias mais elevadas ($M = 8,56$; $DP = 1,20$) do que as meninas ($M = 8,35$; $DP = 1,12$).

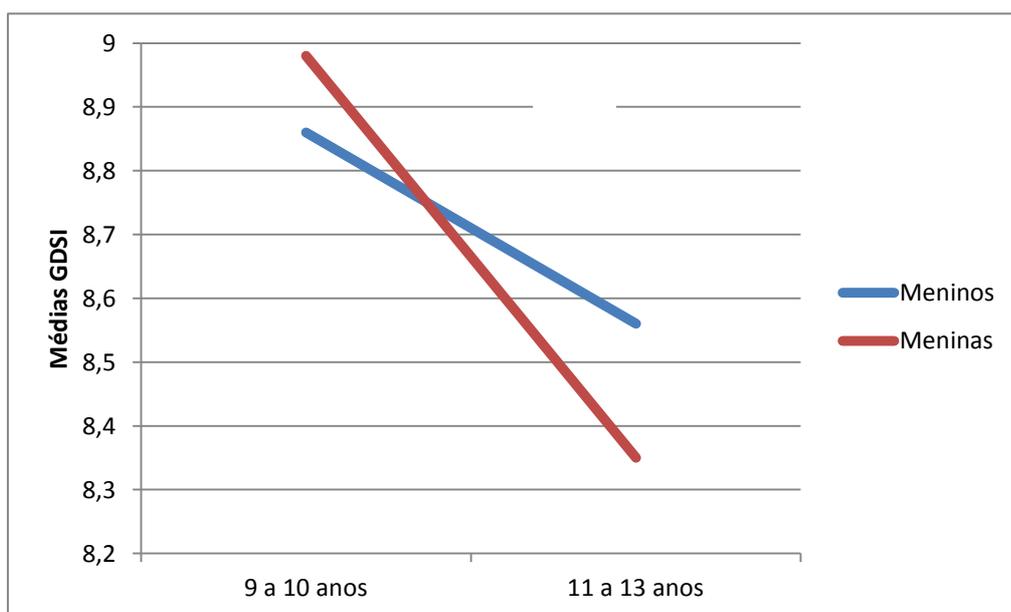


Figura 7: Gráfico de diferença de médias do GDSI por sexo e idade

Também existem diferenças estatisticamente significativas para a interação entre configuração familiar e idade ($p = 0,017$) (Figura 8). As crianças de 9 a 10 anos de todas as configurações familiares apresentaram médias mais elevadas do que as crianças de 11 a 13 anos. A configuração familiar com média mais elevada dos 9 aos 10 anos é a intacta ($M = 9,07$; $DP = 0,96$), seguida pela ampliada ($M = 9,03$; $DP = 0,97$), monoparental ($M = 8,77$; $DP = 1,19$) e reconstituída ($M = 8,82$; $DP = 1,22$). A média mais alta para as crianças de 11 a 13 anos também é a intacta ($M = 8,90$; $DP = 1,00$), seguida pela ampliada ($M = 8,52$; $DP = 1,25$), pela monoparental ($M = 8,49$; $DP = 1,43$) e pela reconstituída ($M = 8,37$; $DP = 1,36$).

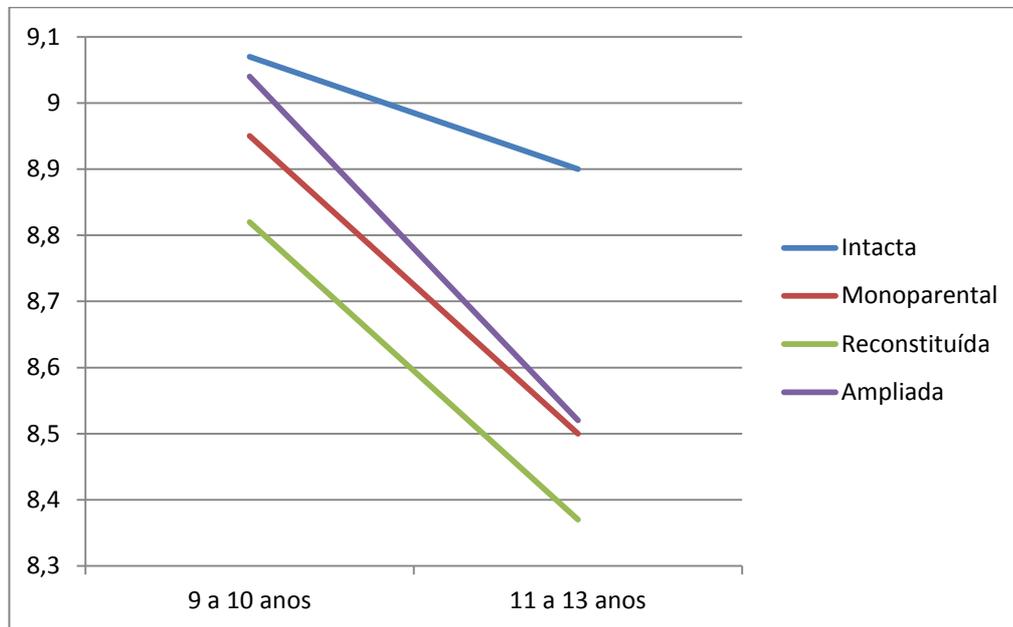


Figura 8: Gráfico de diferença de médias do PWI-SC por idade e configuração familiar

A outra interação na qual existem diferenças significativas é entre sexo e configuração familiar para o PWI-SC ($p = 0,033$). Conforme apresentado na Figura 9, as meninas apresentam médias mais elevadas nas configurações intacta ($M = 9,02$; $DP = 0,99$), ampliada ($M = 8,86$; $DP = 1,12$), e monoparental ($M = 8,77$; $DP = 1,19$) do que os meninos ($M_{intacta} = 8,98$; $DP = 0,98$; $M_{ampliada} = 8,74$; $DP = 1,15$; $M_{monoparental} = 8,71$; $DP = 1,31$). Já

a média dos meninos na configuração reconstituída é mais elevada ($M = 8,84$; $DP = 1,23$) do que a das meninas ($M = 8,48$; $DP = 1,33$).

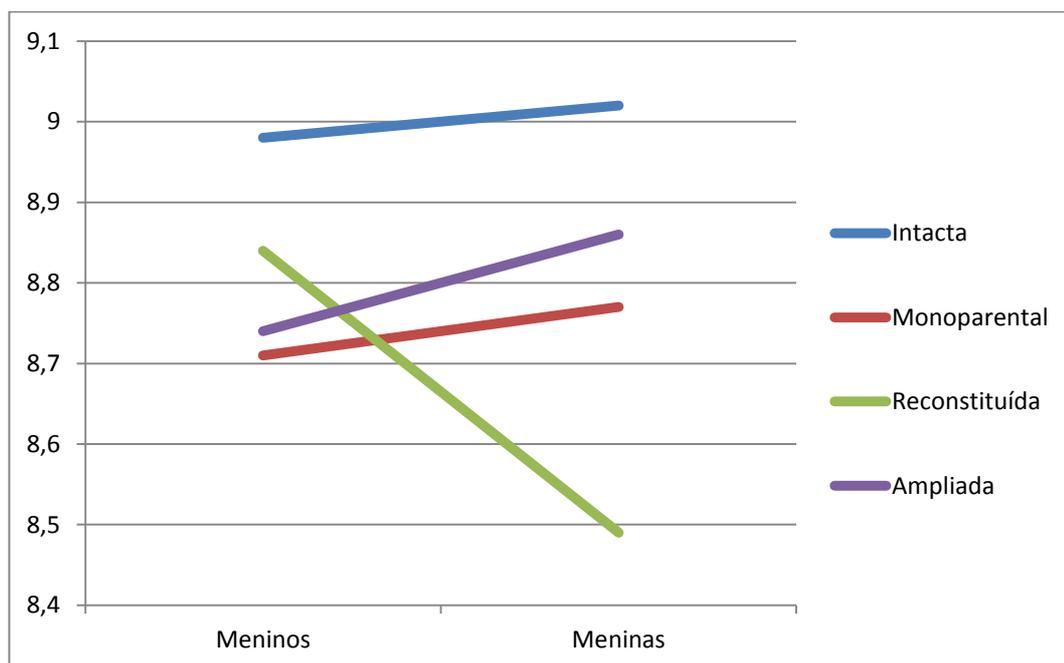


Figura 9: Gráfico de diferença de médias do PWI-SC por sexo e configuração familiar

DISCUSSÃO

Esse estudo teve como objetivo verificar se há diferenças no bem-estar de crianças de diferentes configurações familiares. Foram evidenciadas diferenças significativas entre as médias das escalas de bem-estar nas diferentes configurações familiares pesquisadas.

As configurações familiares diferenciaram-se significativamente entre si em todas as medidas utilizadas (Tabela 8). As médias das crianças de famílias intactas são mais elevadas do que as das crianças de famílias reconstituídas, monoparentais e ampliadas nas três escalas utilizadas (PWI-SC, BMSLSS e GDSI). As menores médias nos índices de bem-estar foram as das crianças de famílias reconstituídas. Esse resultado corrobora outros achados, nos quais os participantes de família intacta diferenciaram-se significativamente daqueles de outras configurações (Gray et al., 2013).

A influência das configurações familiares sobre o bem-estar das crianças pode ser compreendida através da perspectiva ecológico-contextual, quando se considera a influência

recíproca que os ambientes sociais exercem na vida das pessoas (Kelly, 2006). Assim, cada uma das configurações familiares influencia e é influenciada pela perspectiva da criança, afetando seu bem-estar.

As diferenças estatisticamente significativas entre as configurações familiares sugerem influência da configuração familiar no bem-estar das crianças. Amato (2000) considera que os principais efeitos que as configurações familiares exercem nas crianças ocorrem devido à instabilidade a qual as crianças são submetidas. Considera-se que transições familiares significativas que envolvam a perda ou o afastamento de algum membro da família de seu contato diário possam ter efeitos negativos no bem-estar das crianças (Rees et al., 2012). Crianças que convivem com ambos os seus pais provavelmente foram submetidas a menos mudanças do que crianças que compõem famílias reconstituídas. A estabilidade proveniente das relações familiares é um dos aspectos envolvidos no sentimento de proximidade que está relacionado com o bem-estar.

Os níveis mais baixos de bem-estar das crianças de famílias reconstituídas podem ser discutidos com base no processo de transição que as famílias reconstituídas tiveram de passar, quando deixaram de ser famílias intactas e passaram a ser reconstituídas. Dunn e Deater-Deckard (2001) encontraram que muitas crianças de famílias reconstituídas têm dificuldade de compreender as mudanças que ocorrem no contexto familiar e sentem a necessidade de melhores explicações sobre os novos arranjos, podendo interpretar o afastamento de um de seus pais, por exemplo, como abandono. Além disso, o número de transições ao qual as famílias são submetidas afeta negativamente o bem-estar, sendo que, quanto maiores as mudanças na estrutura familiar, menores os níveis de bem-estar das crianças (Amato & Sobolewski, 2001).

Apesar do impacto das transformações sociais das últimas décadas ter incidido diretamente sobre as famílias, percebe-se que a maioria das crianças participantes desse estudo é proveniente de família intacta (52,3% da amostra). Assim as crianças de

configurações, que não a intacta, ainda podem ser consideradas minoria, já que os contextos sociais compartilhados atribuem significado às vivências pessoais. (Kelly, 2006). Outros estudos apontam que a comparação social pode influenciar na percepção de bem-estar (Diener, 2012). Alguns dos valores que pressupõem a manutenção das crenças sociais tradicionais podem influenciar no bem-estar das pessoas quando suas vidas, ou suas famílias, fogem ao padrão estabelecido (Narvaz & Koller, 2005).

Os índices de bem-estar das crianças podem estar relacionados com o índice de bem-estar dos pais. Dessa forma, entende-se que o bem-estar dos pais pode afetar o bem-estar dos filhos. Essa hipótese foi testada por Bedin (2013) na relação entre o bem-estar de adolescentes e seus pais. O estudo demonstrou a existência de relações significativas entre o bem-estar de ambos os grupos, ainda que com baixos coeficientes de correlação.

Em algumas famílias dificuldades econômicas, desemprego, e outros fatores associados a essa situação, exigem de pelo menos um dos progenitores investimento maior de energia e tempo na atividade econômica realizada, mas também nas atividades domésticas, envolvendo o cuidado dos filhos (Dessen & Braz, 2005). Tais aspectos afetam a qualidade das relações e o tempo que os pais passam com seus filhos (Oliveira et al., 2008). Nesse sentido, famílias que estejam passando por algum período de transição, como as famílias reconstituídas ou ainda – por ter apenas um provedor financeiro e afetivo – famílias monoparentais, podem vivenciar um nível de sobrecarga maior por parte do progenitor, o que provavelmente repercute no seu bem-estar. Assim, uma hipótese para as médias inferiores das crianças de famílias reconstituídas e monoparentais pode se dar pelos índices provavelmente mais baixos de seus pais.

A interação entre sexo e configuração familiar apresentou-se significativa para o PWI-SC. As médias de bem-estar das meninas são mais elevadas do que a dos meninos, quando consideradas quase todas as modalidades de configuração familiar. Entretanto, as meninas de famílias reconstituídas apresentam médias mais baixas do que as médias dos

meninos. Uma hipótese para esse resultado é a de que, conforme descrito por Bedin (2013) o bem-estar das meninas parece sofrer maior influência de seus progenitores do que o bem-estar dos meninos.

A configuração familiar ampliada caracteriza-se pela presença de avós na família. Apesar de não ser a configuração com a média mais elevada, tanto no GDSI, como no BMSLSS e no PWI-SC, é o grupo com a segunda maior média. Nesse sentido, destaca-se a presença dos avós como diferencial para o bem-estar dessas crianças. Os avós aparecem como fontes de apoio social secundária aos pais. A proximidade com os avós pode estar relacionada a menos problemas de ajustamento (Dunn & Deater-Deckard, 2001) e mais comportamentos pró-sociais (Attar-Schwartz et al., 2009) entre as crianças. O envolvimento dos avós apresenta, na literatura, associações mais fortes com a redução dos problemas de ajustamento de crianças de famílias monoparentais e reconstituídas do que de famílias intactas (Attar-Schwartz et al., 2009).

A interação entre configurações familiares e idade apresentou-se como significativa no PWI-SC. Percebe-se que todas as configurações familiares apresentaram diminuição das médias com o aumento da idade. As médias de bem-estar de crianças mais velhas tendem a ser menores do que das crianças mais novas. Essa diferença entre o bem-estar com o passar do tempo já foi evidenciada em outros estudos, com populações adolescentes. Pesquisadores apontam para a diminuição dos níveis de bem-estar com o aumento da idade. Goldbeck et al. (2007) relatam ter encontrado quedas significativas no bem-estar de adolescentes em geral e relacionado com à saúde, com o aumento da idade. Além disso, essa tendência de diminuição dos níveis de bem-estar com o aumento da idade também foi observada em contexto brasileiro (Casas et al., 2012a). No presente estudo, diferenças em relação à satisfação com a saúde também foram encontradas. No âmbito saúde, medido pelo GDSI e no item relacionado à satisfação com a saúde do PWI-SC também foram encontradas diferenças significativas, de acordo com as idades.

A interação significativa entre idade e sexo no GDSI explicita uma diferença, com o aumento da idade no bem-estar de meninos e meninas. Até os nove anos as meninas apresentam médias superiores às dos meninos, e entre 11 e 13 anos, as meninas apresentam médias inferiores às dos meninos. Em estudos realizados com adolescentes em contexto brasileiro, não foram observadas diferenças significativas nos níveis de bem-estar por sexo (Bedin, 2013; Strelhow, Bueno & Camara, 2010). Observa-se que a variável sexo, quando considerada em separado também não apresentou diferenças significativas, sugerindo que as diferenças encontradas na interação entre idade e sexo possam ser atribuídas à diminuição do bem-estar, com o aumento da idade, ser maior para as meninas do que para os meninos.

Casas et al. (2012b) em estudo comparativo entre o bem-estar subjetivo de adolescentes e seus pais, encontraram diferenças significativas entre os grupos, sendo que os adolescentes apresentaram médias maiores do que seus pais. Dessa forma, é possível compreender que a diminuição nos níveis de bem-estar pode ter início na infância e que essa tendência se mantenha tanto na adolescência, quanto na vida adulta. Entretanto, Diener et al. (1999) acreditam que o bem-estar subjetivo seja uma medida estável ao longo do ciclo vital. É possível pensar que essa tendência à estabilidade não se mantenha na infância e na adolescência por se tratarem de momentos de intensas mudanças físicas e psicológicas. Destaca-se, porém, que as pesquisas sobre bem-estar realizadas com crianças ainda são escassas para que se possa afirmar, com segurança, que esse é um padrão típico da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais resultados desse estudo indicam a existência de diferenças significativas no bem-estar das crianças em relação a suas configurações familiares. As crianças de famílias intactas diferenciaram-se significativamente das crianças das demais configurações. As médias mais baixas foram as das crianças de famílias reconstituídas. Discute-se que as

transições e a instabilidade a que as crianças de famílias reconstituídas podem estar sendo submetidas podem afetar seu bem-estar. Os aspectos levantados nos resultados relacionam-se com outros achados que ressaltam as diferenças entre as configurações familiares e os impactos na vida das crianças. O objetivo desse estudo não foi apontar qualquer uma das configurações como modelos ideais. Entretanto, destaca-se a importância do estudo de aspectos dos relacionamentos familiares que possam afetar o bem-estar das crianças.

Encontrou-se ainda, conforme outros estudos, resultados que corroboram a hipótese de que o bem-estar diminui com o aumento da idade, apresentando diferenças significativas entre as crianças de até 10 anos e entre 11 e 13 anos. Esse fenômeno pode ser uma manifestação específica da adolescência e infância e não se manter ao longo da vida adulta.

Uma das limitações desse estudo é a utilização de um corte transversal. Para que se pudesse avaliar a diminuição do bem-estar ao longo da idade. Estudos longitudinais poderiam auxiliar na verificação da estabilidade do bem-estar ao longo da vida. Além disso, estudos futuros poderão se concentrar ainda na possível influência da existência de irmãos no bem-estar das crianças. Destaca-se ainda, como limitação do estudo a participação de crianças apenas do Rio Grande do Sul, o que acarreta na impossibilidade de generalizar os resultados encontrados para os demais estados brasileiros.

Estudos futuros poderão abranger outras modalidades de configuração familiar, como a de pais homoafetivos. A não utilização dessa modalidade familiar foi uma opção dos pesquisadores, tomada a partir de algumas adaptações realizadas após a aplicação piloto. Assim como essa, diversas configurações familiares podem ser desvendadas e suas peculiaridades discutidas.

CAPÍTULO III: BEM-ESTAR DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: COMPARAÇÃO ENTRE CRIANÇAS ACOLHIDAS E CRIANÇAS QUE RESIDEM COM SUAS FAMÍLIAS

INTRODUÇÃO

O bem-estar subjetivo pode ser compreendido como resultado de avaliações que as pessoas fazem de suas vidas, tanto globalmente, como focada em certos âmbitos (Casas, 2011; Diener, 2012). Essas ponderações têm dois principais componentes: um cognitivo e outro afetivo. Expressam crenças e desejos que os indivíduos têm sobre suas vidas, refletindo até que ponto acreditam na realização e desejabilidade de suas vidas (Diener, 2012). O componente cognitivo é também chamado de satisfação com a vida e é considerado mais estável do que o afetivo (Casas, 2011).

As diferenças entre o bem-estar ao longo do ciclo vital ainda estão sendo exploradas. Compreende-se que o bem-estar das crianças possivelmente não possa ser considerado sinônimo do bem-estar dos adultos. As crianças compartilham de linguagens diferentes e compreendem o funcionamento social de maneira distinta dos adultos. É plausível afirmar que adultos e crianças que vivenciem as mesmas situações tenham interpretações completamente diferentes sobre os mesmos fatos e que, portanto, suas avaliações sobre a vida sejam sensíveis a diferentes aspectos (Ben-Arieh, 2005).

Os diferentes contextos em que as crianças estão inseridas influenciam em seu bem-estar e aspectos relacionados. Os objetos materiais (estrutura de moradia, acesso à Internet, roupas em condições de ir à escola) e culturais (livros, jornais) aos quais têm acesso, além da relação que estabelecem com os adultos e a estabilidade que vivenciam parecem influenciar o bem-estar de crianças (Casas & Bello, 2012; Montserrat, Casas, Malo, & Bertran, 2011).

A família é um importante contexto na vida das crianças, figurando como a principal instância de socialização (Oliveira, Siqueira, Dell’Aglío, & Lopes, 2008). Sarriera (2010) aponta que o contexto no qual os indivíduos se inserem e as relações que nele estabelecem

influenciam no seu desenvolvimento. A concepção de que os relacionamentos familiares e as relações na instituição de acolhimento podem influenciar o bem-estar das crianças parte da premissa de que o indivíduo só pode ser compreendido no seu contexto. É a partir do contexto que os significados são atribuídos aos ambientes sociais e compartilhados, através de relações recíprocas (Kelly, 2006). Os significados compartilhados pelas crianças que estão em acolhimento institucional podem então influenciar seu bem-estar de maneira diferente daquela das crianças que residem com suas famílias.

Poucos estudos são realizados a respeito do bem-estar de crianças em acolhimento institucional. Os dados existentes apontam que o contexto prévio ao acolhimento expõe as crianças à desigualdade social, situação de pobreza ou menos oportunidades educacionais (Gonzalez, Abaid & Dell'Aglio, 2011). Uma investigação conduzida na Catalunha buscou encontrar as principais diferenças entre adolescentes que vivem em acolhimento institucional, adolescentes que vivem com um de seus pais e aqueles com famílias intactas. Os resultados indicaram diferenças significativas entre o bem-estar dos adolescentes que vivem com seus pais e aqueles com configuração monoparental ou que residem em uma instituição de acolhimento, sendo que as maiores médias de bem-estar são as do primeiro grupo (Dinisman, Montserrat & Casas, 2012).

Em contexto brasileiro, já foram realizadas comparações entre a satisfação de vida de crianças em situação de acolhimento e crianças que residem com suas famílias. Dell'Aglio e Siqueira (2010) investigaram a satisfação de vida entre crianças e adolescentes acolhidos e crianças que estavam residindo com suas famílias. Os resultados apontaram que as crianças em acolhimento obtiveram médias maiores nos escores de eventos de vida estressores e apoio social, assim como menor número de eventos de vida estressores, maior rede de apoio social e menos conflito na família são preditores de satisfação de vida (Dell'Aglio & Siqueira, 2010).

Em investigação acerca do bem-estar subjetivo de crianças que frequentam a escola e moram com sua família, comparadas às crianças que residem em acolhimento institucional, Poletto e Koller (2011) encontraram que crianças e adolescentes acolhidos vivenciam mais afetos negativos. Entretanto, as crianças institucionalizadas não se diferenciaram daquelas que vivem com suas famílias em satisfação com a vida e afetos positivos.

No Brasil, existem diferentes modalidades de acolhimento previstas na legislação. Elas são acionadas quando há a necessidade de proteger a integridade física e psicológica das crianças e adolescentes, afastando-as de sua família de origem. Essa medida é tomada por uma autoridade competente, e, nessa situação, devem ser oferecidos serviços que preconizam condições favoráveis ao desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes. Recomenda-se que as equipes envolvidas nesse cuidado trabalhem para viabilizar a reintegração à família de origem, ou então seu encaminhamento para família substituta. Os serviços à disposição dos envolvidos são os abrigos institucionais, as casas-lares, as famílias acolhedoras e as repúblicas (Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, 2009).

Para fins desse estudo, os aparelhos de acolhimento institucional acessados são os abrigos institucionais. Esse serviço deve ter estrutura semelhante à de uma residência e deve estar inserido em comunidades. Sua principal meta deve ser oferecer atendimento personalizado e o favorecimento da convivência familiar e comunitária (Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, 2009) conforme previsto na Lei nº 12010 (2009). Segundo o IPEA (2004) a maioria das crianças e adolescentes acolhidos no Brasil é do sexo masculino e são afrodescendentes. As idades variam entre sete e 15 anos, sendo que, mais de 30% está acolhido há um tempo que varia entre dois e cinco anos. Em 2009, a Lei nº 12010 determinou como tempo máximo de permanência em acolhimento, o período de 24 meses.

Os principais motivos para o acolhimento em abrigos são referentes à postura dos pais ou responsáveis, tais como a dependência química, negligência, abandono, violência,

abuso sexual, prisão. Existem ainda outras questões que levam ao acolhimento, tais como carência de recursos materiais, orfandade, exploração sexual, exploração trabalhista (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013).

Apesar da dificuldade de manejo dos pais com seus filhos, muitos relatam que gostariam de retomar o cuidado dos filhos, mas sentem dificuldade inclusive em manter o contato e a visita ao abrigo. Em estudo sobre as famílias de crianças e adolescentes abrigados, Fávero, Vitale, e Batista (2008) encontraram que por vezes, os pais das crianças acolhidas sentem que pelas suas dificuldades de moradia, ou de uso de substâncias, visitas às crianças nos abrigos podem dificultar à adaptação das crianças. Entretanto, nesse mesmo estudo identificou-se uma vontade dos pais de retomar os cuidados das crianças, mesmo considerando que as condições materiais do abrigo são muito melhores do que a de suas casas. Azor e Vettore (2008) salientam que as visitas dos familiares devem ocorrer com uma frequência semanal e deve ser acompanhada por profissionais que possam dar assistência a família e auxiliar a promover uma interação mais saudável. A relação da família com o abrigo pode contribuir para o desenvolvimento da criança ou adolescente desde que o abrigo não seja instituído como substituto definitivo da família de origem.

Carbone, Sawyer, Searle, e Robinson (2007) encontraram que as crianças que estão em acolhimento institucional exibem perdas no desenvolvimento quando comparadas às crianças que residem com suas famílias. As crianças acolhidas apresentam mais transtornos psiquiátricos e têm mais dificuldade em cumprir as demandas escolares e de socializar. Em estudo acerca do desenvolvimento de crianças e adolescentes acolhidos, Chaves et al. (2013) encontraram que, apesar de essas crianças apresentarem crescimento compatível com os critérios adotados pelo Ministério da Saúde também exibem atrasos sociais e psíquicos importantes, dentre os quais se destaca a linguagem. Tendo em vista o caráter social da linguagem que é estimulada através de interações sociais e relações estabelecidas pelas crianças, esse atraso pode ser compreendido. Considera-se que a qualidade das interações

estabelecidas poderia funcionar como promotora para o desenvolvimento da linguagem dessas crianças e para o seu desenvolvimento como um todo (Chaves et al., 2013)

Harden (2004) salienta a importância da estabilidade no desenvolvimento saudável das crianças, especialmente daquelas em situação de acolhimento. Para a pesquisadora, a estabilidade é um processo que é facilitador do desenvolvimento saudável, especialmente quando se consideram que as crianças em acolhimento foram expostas a muitas situações de risco. Para Oliveira e Milnitsky-Sapiro (2007) a transitoriedade nos abrigos (na troca de educadores, ou transferência entre instituições) dificulta o estabelecimento do vínculo com as crianças e adolescentes.

Considerando a relevância de compreender a situação das crianças em acolhimento e em que medida o abrigo se apresenta como contexto de desenvolvimento saudável, esse estudo buscou identificar os níveis de bem-estar das crianças em acolhimento e aspectos associados. Além disso, objetivou-se verificar diferenças e semelhanças entre o bem-estar das crianças que estão em acolhimento institucional e aquelas crianças que residem com suas famílias.

MÉTODO

Participantes

Os participantes desse estudo compõem dois grupos. O primeiro grupo faz parte de um estudo maior realizado pelo Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária, em parceria com a *International Society for Child Indicators*. É composto por 109 crianças sorteadas aleatoriamente dentro de uma amostra de 914 crianças de 8 a 12 anos ($M = 10,07$; $DP = 1,38$) regularmente matriculadas em escolas públicas de Porto Alegre, selecionadas e contatadas pelo GPPC. Essa amostragem foi realizada de forma não probabilística e intencional. Dessa amostra, foram selecionadas aleatoriamente 41 crianças de oito e nove anos e 68 crianças de 10 a 12 anos.

Os participantes do segundo grupo são 109 crianças, de 8 a 12 anos ($M = 10,17$; $DP = 1,42$) em situação de acolhimento institucional. A amostragem se deu de forma não probabilística e por conveniência. Dessas, 78,9% estão acolhidas em estabelecimentos sob a responsabilidade da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) da Prefeitura de Porto Alegre e 21,1% em instituição conveniada, sendo que 62,4% são meninos e 37,6% meninas. Todas as crianças residentes nas instituições de acolhimento consultadas e que estivessem dentro da faixa etária pesquisada foram convidadas a participar da pesquisa. Apenas participaram aquelas crianças que assim desejaram, e cujas idades se adequassem à faixa etária pesquisada.

Instrumentos

Questionário de Bem-Estar na Infância

Foi utilizado um questionário sobre bem-estar na infância. Esse instrumento foi elaborado em parceria com a equipe da *International Society of Child Indicators (ISCI)*, com coordenação do prof. Ferran Casas da Universitat de Girona. As questões do questionário têm por objetivo explorar percepções e avaliações do bem-estar e de seus derivados. Todos os instrumentos foram traduzidos de seus idiomas originais (inglês e espanhol) e submetidos à *back translation*. Foram realizadas duas aplicações piloto antes da finalização do questionário em português. Considerando o escasso número de pesquisas sobre o bem-estar de crianças, que sejam respondidas por crianças, julgou-se necessário verificar se a forma de elaboração das questões estava sendo compreendida pelas crianças de todas as faixas etárias. Através dessa aplicação, decidiu-se que as crianças de 8 e 9 anos responderiam a itens de 5 pontos, utilizando, em alguns casos desenhos em formatos de rostos (*emojicons*) que representam expressões que variam de insatisfação à satisfação. Para as crianças de 10 a 12 anos, optou-se pela utilização de escalas que variam de 0 a 10.

Em seguida, a aplicação piloto da segunda versão do questionário teve como objetivo verificar a compreensão semântica das crianças em torno dos itens pesquisados e a adequação cultural dos mesmos. Com as devidas reformulações, a versão final do questionário conta com variáveis sócio demográficas como idade, gênero, cidade, nacionalidade, itens sobre o tempo livre, além de escalas que avaliam o bem-estar e aspectos associados.

Os participantes de 8 a 9 anos, matriculados nas escolas, responderam às mesmas perguntas que os colegas de 10 a 12 anos, porém, com estratégias de medição diferentes. Para as crianças mais jovens optou-se pela utilização de figuras em formas de rostos com distintas expressões de satisfação/insatisfação ao invés de escalas numéricas, para facilitar a compreensão. Assim, as escalas numéricas que eram medidas originalmente através de 11 pontos foram transformadas em escalas de cinco pontos que utilizam rostos ao invés de números. Essas medidas foram tomadas através de consenso dos pesquisadores da *International Society for Child Indicators (ISCI)*. Cientes de que o ideal seria manter as escalas com o mesmo padrão de medida para facilitar a comparação, optou-se por favorecer a melhor compreensão das crianças das escalas, considerando sua idade e os resultados obtidos na aplicação piloto.

Nos questionários para as crianças mais jovens o termo “se sente satisfeito” foi substituído por “se sente feliz”, tanto nos questionários aplicados nas escolas quanto nos questionários aplicados nos abrigos.

O questionário foi preenchido tanto pelas crianças que residem com suas famílias, quanto pelas crianças em acolhimento institucional. Entretanto, nos questionários aplicados nas crianças em acolhimento institucional, algumas questões foram acrescentadas e outras modificadas.

Questões específicas às crianças em acolhimento institucional

No questionário respondido pelas crianças que residem em acolhimento institucional foram acrescentados alguns itens:

Tempo de Acolhimento: as crianças responderam, em meses, há quanto tempo estão acolhidas. Algumas das crianças não souberam fornecer esta informação e então esse dado foi obtido junto aos responsáveis legais.

Contato com os pais: as crianças foram questionadas se tinham ou não contato com os pais e responderam sobre a frequência desse contato (de nunca a sempre), por modalidade (falam ao telefone, visitas ao abrigo ou a outros lugares previamente combinados ou ainda através de períodos na casa dos pais, mães ou adultos). Responderam ainda sobre o contato com algum outro adulto que considerassem importante.

Número de irmãos: as crianças informaram quantos de seus irmãos estavam em situação de acolhimento.

Sua satisfação com o abrigo: medida através do item único “Já que por enquanto não podes viver em casa com tua família, o quanto contente estás por viver em um abrigo?” com respostas que variavam de 0 (nada contente) a 4 (muito contente).

Foram feitas ainda adequações na linguagem do Índice de Satisfação com Domínios Gerais (GDSI), nos itens “A casa ou apartamento onde você mora?” e “Sua vida familiar?”, substituídos por “O lugar onde mora?” e “Sua vida no lugar onde mora?” respectivamente. Algumas mudanças na organização das questões também foram realizadas para facilitar o entendimento e diminuir os efeitos de fadiga. A seguir, serão descritas as escalas utilizadas para avaliação do bem-estar tanto para as crianças em acolhimento institucional quanto para as que residem com suas famílias.

Personal Wellbeing Index- School Children (PWI-SC)

A escala *Personal Wellbeing Index* (Índice de Bem-estar Pessoal) foi inicialmente direcionada para avaliar o bem-estar de populações adultas e desenvolvida por Cummins, Eckersley, Van Pallant, Vugt, e Misajon (2003). Originalmente, o instrumento utiliza sete itens de satisfação que representam diferentes domínios que contemplam o conceito de bem-estar. A versão apresenta boa confiabilidade interna, com alfa de *Cronbach* entre 0,70 e 0,85. Os itens são respondidos a partir de uma pergunta de satisfação com a vida em geral.

Uma versão do PWI-SC já foi adaptada para adolescentes brasileiros por Casas et al. (2012a) e foi encontrado um alfa de *Cronbach* de 0,78 e, para essa amostra o alfa de *Cronbach* foi de 0,64. Para fins desse estudo, será utilizada o Índice de Bem-Estar Pessoal para Crianças Escolares (PWI-SC), versão da escala adaptada à crianças em idade escolar, cuja linguagem é adaptada e simplificada (Cummins & Lau, 2005). Os itens dessa escala são: “*O quanto satisfeito você está com todas as coisas que você tem?*”, “*O quanto satisfeito você está com sua saúde?*”, “*O quanto satisfeito você está com as coisas nas quais você quer ser bom?*”, “*O quanto satisfeito você está com seu relacionamento com as pessoas em geral?*”, “*O quanto satisfeito você está sobre o quanto seguro você se sente?*”, “*O quanto satisfeito você está sobre fazer coisas longe de casa?*”, “*O quanto satisfeito você está sobre o que pode acontecer com você no futuro?*”. Na versão desse estudo, as crianças de 8 e 9 anos responderam a uma escala de 5 pontos (com *emoticons*) que posteriormente foi convertida, conforme proposto por Cummins e Lau (2005) em escala de 10 pontos para análise. Já as crianças de 10 a 12 anos responderam a uma escala de 0 (Totalmente Insatisfeito) a 10 pontos (Totalmente Satisfeito).

Overall Life Satisfaction Scale (OLS)

A OLS é um item único que verifica a satisfação global com a vida, através da pergunta “*Atualmente, até que ponto você está satisfeito com toda a sua vida, considerada*

globalmente?”. Campbel, Converse e Rodgers (1976) apontaram a importância da utilização de um item único na avaliação do bem-estar subjetivo. Nesse estudo, essa questão teve a linguagem adaptada para as crianças e a pergunta final foi “*O quanto feliz você se sente com a sua vida como um todo?*” para as crianças de 8 e 9 anos e “*O quanto satisfeito você se sente com a sua vida como um todo?*” para crianças de 10 a 12 anos. No questionário para as crianças de até 9 anos, o item variava em uma escala de 5 pontos e o de crianças de 10 a 12 anos, em uma escala de 0 a 10 pontos.

General Domain Satisfaction Index (GDSI)

Para medir a satisfação com a vida em diferentes domínios, Casas e Bello (2012) propuseram, através do Sistema de Indicadores de Bem-Estar Infantil, o Índice de Satisfação com domínios Gerais. Originalmente, é composto por 29 itens que avaliam o bem-estar em oito âmbitos, em uma escala de 11 pontos que varia de 0 (completamente insatisfeito) a 10 (completamente satisfeito). O cálculo do índice é realizado conforme a média de cada domínio e, posteriormente, com o cálculo de uma média dos domínios. Nesse estudo, não foram utilizados todos os itens do índice, buscando evitar problemas de compreensão detectados nas aplicações piloto. A Tabela 9 revela quais os itens utilizados em quais questionários e quais não foram contemplados nesse estudo. O alpha de Cronbach para a amostra das crianças de 8 a 9 anos é de 0,88 e para a amostra de 10 a 12 anos é de 0,87.

Tabela 9

Itens do GDSI

Âmbitos	Itens (O quanto satisfeito você está com...)	8 a 9 anos	10 a 12 anos
Satisfação com a família e o lar	a casa ou apartamento em que você vive ^a	X	X
	as pessoas que moram com você	X	X
	todas as outras pessoas da sua família ^b	X	X
	sua vida familiar ^a	X	X
Satisfação com aspectos materiais	todas as coisas que você tem	X	X
Satisfação com os relacionamentos interpessoais	seus amigos e amigas	X	X
	as pessoas que vivem no seu bairro	X	X
	seu relacionamento com as pessoas em geral	X	X
Satisfação com o seu bairro	a polícia local do seu bairro ^b	-	-
	os espaços ao ar livre que as crianças podem usar em seu bairro	X	X
	o bairro onde você vive, em geral	X	X
Satisfação com a saúde	como você é tratado quando vai ao medico	X	X
Satisfação com o gerenciamento do tempo	como você usa o seu tempo ^b	-	-
	as coisas que você faz no seu tempo livre	X	X
Satisfação com a escola	a escola em que você vai	X	X
	outras crianças da sua sala de aula	X	X
	suas notas na escola	X	X
	a sua experiência na escola	-	X
Satisfação Pessoal	a liberdade que você tem	X	X
	as oportunidades que você tem na vida ^b	-	-
	sua aparência	X	X
	consigo mesmo	-	X
	sua autoconfiança	-	X
	sobre o quanto seguro você se sente	X	X
	com as coisas nas quais você quer ser bom	X	X
	sobre o que pode acontecer com você no futuro	X	X
	somo você é ouvido pelos adultos em geral	X	X
	sobre fazer coisas longe de casa	X	X

^a itens reformulados para as crianças institucionalizadas. “o lugar onde você vive”, “sua vida no lugar onde você vive”

^b itens que compõem a escala original mas que não foram utilizados nesse estudo

Procedimentos

Aplicação nos locais de acolhimento

Solicitou-se à FASC uma autorização para o contato com as instituições, e, após a aprovação, realizou-se uma reunião na instituição para apresentação do projeto para a equipe responsável pelas casas de acolhimento. O projeto também foi apresentado à direção da instituição conveniada, aprovado pela mesma e em seguida também foi realizada uma reunião com os coordenadores do acolhimento para explicar os procedimentos. As aplicações foram agendadas de antemão mediante contato com as coordenações das próprias casas. Dessa forma, os horários de aplicação não coincidiram com horários de escola ou outra atividade rotineira ou essencial para a criança. Todas as crianças dentro da faixa etária alvo do estudo foram convidadas a participar e aquelas que não quiseram tiveram sua vontade respeitada. A pesquisa foi explicada às crianças que foram convidadas a participar do estudo, sendo devidamente autorizadas por seus responsáveis legais, através da assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

De acordo com solicitação feita pela equipe da FASC, a aplicação dos instrumentos se deu de maneira individual, com o auxílio de um pesquisador treinado. Os técnicos acreditavam que poucas crianças estariam suficientemente instrumentalizadas para responder sozinhas ao questionário, sendo que muitas delas possuem atraso escolar, e outras passaram longos períodos sem frequentar a escola. O instrumento foi aplicado em sala disponibilizada pelos locais e o tempo de aplicação para cada criança foi de aproximadamente 30 minutos.

Aplicação nas escolas

A presente pesquisa foi apresentada em escolas públicas de Porto Alegre e região metropolitana, selecionadas por conveniência. As escolas que aceitaram a realização da pesquisa, formalizada pelo aceite através do Termo de Concordância Institucional, tiveram seus alunos convidados a participar da pesquisa. Os pesquisadores passaram nas salas de aula

e distribuíram os termos de consentimento livre e esclarecido que deviam ser levados para casa e assinados pelos pais, e por eles mesmos. As crianças que trouxeram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido assinados e os entregaram aos pesquisadores, preencheram os questionários. A aplicação ocorreu durante o período de aula, nas próprias salas de aula, ou em salas indicadas pelos funcionários das escolas.

A aplicação do instrumento se deu de maneira coletiva, e o tempo de preenchimento foi de aproximadamente 40 minutos. A aplicação foi realizada por dois pesquisadores treinados. Antes do início da aplicação, enfatizou-se que as crianças tinham plena liberdade de participar da pesquisa, sendo que poderiam desistir de preencher o questionário em qualquer momento, sem que houvesse nenhuma consequência em relação a essa escolha.

Procedimentos éticos

Essa pesquisa foi previamente submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS e registrada junto à Plataforma Brasil sob o número 00674612.6.0000.5334. Após a aprovação foram solicitadas as Concordâncias das Instituições para a realização da pesquisa apresentado às escolas e instituições de acolhimento. Os procedimentos éticos estão em consonância com os Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Considerando os aspectos éticos e legais, foi desenvolvido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os termos foram entregues aos pais ou responsáveis legais pelas crianças e assinados pelos mesmos. As crianças e seus responsáveis tiveram liberdade de revogar sua participação a qualquer momento. Os dados individuais dos participantes coletados no processo de pesquisa não serão informados às instituições envolvidas tampouco aos responsáveis.

Procedimento de Análise de Dados

Foram realizadas análises descritivas para a caracterização das crianças dos dois grupos (crianças em acolhimento institucional e crianças que residem com suas famílias). Para avaliar as diferenças nas variáveis de bem-estar foram realizadas duas Análises de Variância (ANOVA). A primeira, realizada apenas com as crianças em situação de acolhimento, buscou verificar diferenças no bem-estar considerando as variáveis independentes: tempo de acolhimento (4 níveis), idade (2 níveis), sexo (2 níveis), número de irmãos (4 níveis), contato com o pai (3 níveis), contato com a mãe (3 níveis). A segunda ANOVA teve como objetivo verificar as diferenças entre as médias de bem-estar dos dois grupos, tendo como variável dependente a média das escalas PWI-SC, GDSI e o item único OLS, e a variável independente o grupo do qual faz parte.

Em seguida, os dados foram submetidos à Análise Discriminante (AD) com o intuito de verificar quais itens das escalas de bem-estar discriminam os dois grupos. A AD objetiva diferenciar os grupos investigados através de diversas variáveis, onde as diferenças são maximizadas. Foram consideradas como variáveis independentes os itens do PWI-SC, GDSI e a escala de item único OLS e como variável dependente o grupo do qual faz parte (dois grupos: crianças que residem com suas famílias e em acolhimento institucional).

RESULTADOS

Dados descritivos das crianças em acolhimento institucional

Serão apresentados alguns dados de caracterização dos participantes em acolhimento institucional referente às questões sobre o tempo de acolhimento, contato com a família de origem, e a satisfação com o abrigo em que vivem. Das crianças que têm contato com os progenitores, 35,8% das crianças têm visto seu pai, e 66,8% têm visto sua mãe. Além disso, 30,3% dos pais e 10,1% das mães das crianças já morreram ou são desconhecidos e 74,4% das crianças afirmam conviver com outros adultos que consideram relevantes. Os adultos

considerados relevantes pelas crianças foram tios e tias (25,7%), avós (22,9%), madrinhas (3,7), irmãos (14,7%), madrasta/padrasto (3,7%), professora (1,8%) e prima (0,9%). Ressalta-se que, 24,2% das crianças cujos pais são falecidos ou desconhecidos não tem contato com nenhum outro adulto significativo em suas vidas. Entretanto, em relação às crianças cujas mães são falecidas ou desconhecidas, todas têm contato com algum adulto importante em suas vidas.

O contato que as crianças têm com seus pais, mães ou outros adultos é realizado através de telefone, visitas ao abrigo ou a outros lugares previamente combinados ou ainda através de períodos na casa dos pais, mães ou adultos. A frequência foi medida em um intervalo de 4 pontos que variou de 0 (nunca) a 3 (sempre) As maiores médias de contato com os pais ($M = 0,40$; $DP = 0,86$) e outros adultos ($M = 0,90$; $DP = 1,06$) são através de períodos em casa, e com as mães através de visitas ($M = 0,93$; $DP = 1,00$).

As crianças avaliaram sua satisfação com o abrigo em um item de 5 pontos que varia de “nada contente” à “muito contente” ($M = 2,08$; $DP = 1,45$). 67% das crianças gostariam de morar em outro lugar (com exceção da casa dos pais). Desses, 50,7% gostaria de morar com outros familiares (tios, avós, irmãos, madrastas), 21,3% com outros adultos (madrinha, educadores), 20% em outro abrigo ou casa-lar, 5,3% na escola ou casa de colegas, e 2,7% na rua. Quando perguntados sobre a relação com os progenitores, 14,6% gostariam que a relação seguisse como está com o pai e 11,9% gostariam que a relação seguisse como está com a mãe.

Com relação à escolaridade, percebe-se que algumas das crianças acolhidas apresentam atrasos escolares, sendo que 60,5% das crianças de até 9 anos e 11,8% das crianças de 10 a 12 anos estão cursando o 1º ou 2º ano das Séries Iniciais, e 39,5% das crianças de até 9 anos e 44,1% das crianças de 10 a 12 anos estão cursando o 3º ano ou 4º ano das Séries Iniciais. Apenas 44,1% das crianças de 10 a 12 anos estão cursando o 5º ano das Séries Iniciais ou 5ª série do Ensino Fundamental. Apesar das séries estarem adequadas

às idades, salienta-se que as coordenações das instituições ressaltaram que as crianças não teriam condições de compreender a linguagem do questionário sem o auxílio de um adulto e, portanto, as aplicações nas instituições de acolhimento foram individuais.

Diferenças entre as crianças em acolhimento institucional por tempo de acolhimento, sexo, idade, número de irmãos no abrigo, contato com o pai e com a mãe

A seguir, serão apresentadas as médias das respostas das crianças para os itens dos instrumentos utilizados.

Tabela 10

Médias e Desvio-Padrão das Escalas por Tempo de Acolhimento, Sexo, Idade, Número de Irmãos no Abrigo, Contato com o Pai, Contato com a Mãe

Variável (n)	PWI-SC	GDSI	OLS	
	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	
Tempo de Acolhimento	até 6 meses (27)	7,49 (2,92)	7,64 (1,79)	7,61 (3,76)
	7-12 meses (40)	7,95 (2,40)	7,55 (1,93)	7,91 (2,90)
	13-24 meses (21)	7,34 (3,32)	7,53 (1,64)	8,78 (3,02)
	mais de 24 meses (13)	8,05 (2,04)	8,11 (1,27)	8,69 (2,95)
Sexo	Masculino (68)	7,82 (2,72)	7,75 (1,70)	8,07 (3,29)
	Feminino (41)	7,72 (2,55)	7,47 (1,76)	7,79 (3,40)
Idade	até 9 anos (41)	7,88 (3,28)	7,34 (1,72)	8,18 (3,10)
	de 10 a 12 anos (68)	7,73 (2,21)	7,84 (1,70)	7,84 (3,46)
Número de irmãos no abrigo	nenhum irmão (29)	7,30 (2,61)	7,83 (1,54)	7,50 (3,59)
	1 irmão (28)	7,50 (3,05)	7,48 (1,82)	8,10 (3,15)
	2 irmãos (19)	8,33 (2,36)	7,36 (2,05)	8,37 (3,59)
	3 ou mais irmãos (23)	8,73 (1,76)	7,90 (1,62)	7,76 (3,51)
Contato com o pai	Sim (39)	7,50 (3,07)	7,30 (1,66)	7,90 (3,34)
	Não (37)	7,80 (2,15)	7,74 (1,78)	7,24 (3,71)
	Desconhecido/falecido (33)	8,09 (2,63)	7,95 (1,72)	8,84 (2,68)
Contato com a mãe	Sim (72)	7,72 (2,70)	7,44 (1,60)	8,26 (3,26)
	Não (26)	7,71 (2,74)	7,23 (3,71)	7,74 (1,77)
	Desconhecido/falecido (11)	8,37 (2,05)	7,95 (1,72)	8,84 (2,67)

Foram realizadas Análises de Variância para verificar possíveis diferenças entre as médias de bem-estar das crianças, de acordo com o tempo de acolhimento, o número de

irmãos, sexo, idade, contato com os progenitores. Não houve diferenças estatisticamente significativas entre os grupos para as médias das três medidas de bem-estar (PWI-SC, GDSI, OLS). Observa-se, entretanto, que nas três medidas, as meninas apresentaram médias inferiores aos meninos. No PWI-SC, as crianças com as menores médias são aquelas que não convivem com nenhum irmão no contexto do acolhimento. No GDSI, as crianças com a menor média são aquelas que não têm contato com a mãe, enquanto na OLS a menor média da escala foi a das crianças que não tem contato com o pai. Na tabela da ANOVA são apresentados os resultados das diferenças para as variáveis e suas interações sempre que os grupos tenham o mínimo de 5 participantes.

Tabela 11

Diferenças entre Médias das Variáveis e Interações

	Variável Dependente	Soma dos quadrados	gl	Média ao quadrado	F	Sig.
Tempo de acolhimento	PWI-SC	15,411	3	5,137	0,544	0,658
	GDSI	6,373	3	2,124	1,113	0,394
	OLS	14,019	3	4,673	0,363	0,781
Sexo	PWI-SC	1,684	1	1,684	0,178	0,677
	GDSI	2,225	1	2,225	0,000	0,997
	OLS	0,022	1	0,022	0,002	0,967
Idade	PWI-SC	8,467	1	8,467	0,896	0,355
	GDSI	0,228	1	0,228	0,119	0,738
	OLS	13,841	1	13,841	1,074	0,312
Número de Irmãos	PWI-SC	47,018	3	15,673	1,659	0,208
	GDSI	13,873	3	4,624	2,424	0,133
	OLS	45,389	3	15,130	1,174	0,345
Contato com o pai	PWI-SC	41,800	2	20,900	2,213	0,135
	GDSI	7,777	2	3,889	2,038	0,186
	OLS	3,605	2	1,803	0,140	0,870
Contato com a mãe	PWI-SC	8,760	2	4,380	0,464	0,636
	GDSI	10,682	2	5,341	2,799	0,113
	OLS	33,597	2	16,796	1,303	0,294
Tem. Acolh*sexo	PWI-SC	7,883	1	7,883	0,835	0,372
	GDSI	0,727	1	0,727	0,381	0,552
	OLS	1,286	1	1,286	0,100	0,755
Tem. Acolh*N. irmãos	PWI-SC	8,066	3	2,689	0,285	0,836
	GDSI	3,949	3	1,316	0,690	0,581
	OLS	25,476	3	8,492	0,659	0,587
Tem.Acolh.*Cont.Pai	PWI-SC	7,629	2	3,814	0,404	0,673
	GDSI	3,529	1	3,529	1,848	0,207
	OLS	49,923	2	24,962	1,937	0,170

Tem. Acolh.*Cont.Mãe	PWI-SC	0,571	1	0,571	0,61	0,808
	OLS	3,571	1	3,571	0,277	0,604
Sexo*N.irmãos	PWI-SC	14,697	1	14,697	1,556	0,227
	GDSI	2,713	1	2,713	0,000	0,997
	OLS	12,893	1	12,893	1,000	0,329
Sexo*Cont.Mãe	PWI-SC	4,210	1	4,210	0,446	0,512
	OLS	0,571	1	0,571	0,044	0,835
N. irmãos*Cont. Pai	PWI-SC	7,143	1	7,143	0,756	0,395
	OLS	0,000	1	0,000	0,000	1,000
N. irmãos*Cont.Mãe	PWI-SC	1,685	1	1,685	0,178	0,677
	OLS	1,786	1	1,786	0,139	0,714
Tem.Acolh.*sexo* Cont.Mãe	PWI-SC	7,883	1	7,883	0,835	0,372
	OLS	1,286	1	1,286	0,100	0,755

Diferenças entre médias de bem-estar das crianças institucionalizadas e que residem com as famílias

A Tabela 12 apresenta as médias dos itens e das escalas de bem-estar por idade e grupo do qual faz parte

Tabela 12

Médias por itens e domínios das escalas por idade e grupo

	Até 9 anos		De 10 a 12 anos	
	Institucionalizadas	Com famílias	Institucionalizadas	Com famílias
	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>
PWI-SC 7	7,77 (0,31)	8,86 (0,20)	8,04 (0,26)	8,80 (0,11)
Coisas que você tem	7,26 (3,66)	9,87 (0,55)	7,84 (3,24)	9,34 (1,15)
Saúde	7,25 (3,66)	9,00 (2,02)	8,34 (2,78)	9,31 (1,44)
Coisas nas quais você quer ser bom	8,42 (2,62)	9,68 (1,02)	8,50 (2,55)	9,21 (1,24)
Relações com outras pessoas	7,44 (3,07)	8,11 (2,73)	8,21 (2,77)	8,87 (2,07)
Segurança	7,56 (2,86)	9,25 (1,81)	8,12 (2,90)	8,86 (1,68)
Fazer coisas longe de casa	6,81 (3,34)	6,82 (3,84)	7,23 (3,34)	7,54 (2,78)
Futuro	6,73 (3,67)	8,55 (3,05)	7,29 (3,20)	8,74 (2,16)
GDSI	7,33 (0,30)	8,85 (0,19)	7,83 (0,23)	8,76 (0,13)
Família e lar	6,57 (2,45)	8,52 (2,24)	6,99 (2,77)	8,87 (1,41)
Aspectos materiais	7,26 (3,66)	9,88 (0,55)	7,84 (3,23)	9,34 (1,15)
Relacionamentos interpessoais	7,41 (2,06)	8,31 (2,33)	7,69 (2,22)	8,51 (1,57)
Bairro	7,41 (2,06)	8,24 (2,33)	7,78 (2,57)	7,97 (2,12)
Saúde	7,00 (3,63)	8,11 (2,84)	8,29 (2,91)	9,38 (1,42)
Gerenciamento do Tempo	7,31 (3,22)	9,29 (1,90)	7,88 (2,46)	8,76 (1,86)
Escola	6,94 (2,17)	8,40 (2,07)	7,93 (2,15)	8,85 (1,21)
Pessoal	7,34 (2,00)	8,58 (1,13)	7,78 (1,95)	8,56 (1,11)
OLS	8,62 (2,57)	9,07 (1,69)	8,12 (3,10)	9,26 (1,24)

A Análise de Variância foi realizada para verificar as diferenças entre o bem-estar das crianças que residem com suas famílias e o bem-estar das crianças em acolhimento institucional, de acordo com suas idades. Foram utilizadas, como variáveis dependentes, as médias das escalas de bem-estar PWI-SC, GDSI e OLS. O grupo de origem (crianças em acolhimento institucional e crianças que residem com suas famílias) foi a variável independente.

Tabela 13

Diferenças das medidas de bem-estar entre crianças em acolhimento institucional e crianças que residem com suas famílias

	Soma dos quadrados	gl	Média ao quadrado	F	Sig.
PWI-SC	50,754	1	50,754	21,201	0,001
GDSI	31,937	1	31,937	18,170	0,001
OLS	58,643	1	58,643	10,200	0,002

Variável Dependente = Grupo que faz parte (acolhimento/família)

As médias das crianças que residem com suas famílias foram significativamente mais altas para o PWI-SC ($M = 8,79$, $DP = 0,96$), GDSI ($M = 8,24$, $DP = 0,93$) e OLS ($M = 9,20$, $DP = 1,41$) do que para as crianças que residem nas instituições de acolhimento ($M_{PWI-SC} = 7,79$, $DP = 1,95$; $M_{GDSI} = 6,81$, $DP = 1,59$; $M_{OLS} = 8,15$, $DP = 3,08$).

Perfis discriminantes das crianças que residem com suas famílias e em acolhimento institucional

Para verificar em que medida as diferenças observadas entre os grupos revelam um perfil discriminante das variáveis, foi realizada uma Análise Discriminante. Foram consideradas como variáveis independentes os itens do PWI-SC (sete itens), os domínios do GDSI (oito domínios) e a escala de item único OLS e como variável dependente o grupo do qual faz parte (dois grupos: crianças que residem com suas famílias e em acolhimento institucional).

O número de funções discriminantes é determinado a partir do número de grupos menos um. Dessa forma, obteve-se uma única função, já que se trata de dois grupos. Por ser única, a função obtida na análise entre os grupos explica 100% da variabilidade dentre eles. A função discriminante obtida é significativa ($\chi^2(15) = 61,73, p < 0,001$) e apresenta uma correlação canônica discriminante de 0,564, sendo os centroides do grupo de crianças que residem com suas famílias 0,682 e o do grupo em acolhimento institucional -0,674.

Observa-se um λ de Wilks de 0,682, o que equivale a uma variância explicada pela função discriminante de 32,8%. No que diz respeito à classificação, a função obtida classifica corretamente 71,9% dos participantes nos seus respectivos grupos, considerando-se um nível aceitável de classificação preditiva através do perfil da função obtida (Tabela 14).

Tabela 14 - Classificação dos grupos: Perfil discriminante preditor de residir com a família (grupo 1) ou em acolhimento institucional (grupo 2)

	Preditor Grupo 1	Preditor Grupo 2	Total
Original Grupo 1	68 (80%)	17 (20%)	85
Original Grupo 2	31 (36%)	55 (64%)	86

71,9% dos casos originais agrupados foram corretamente classificados

A seguir, são apresentadas, por ordem de tamanho absoluto de correlação na matriz estrutural, as variáveis significativas e mais relevantes na capacidade discriminativa entre os grupos de crianças que residem com suas famílias e em acolhimento institucional.

Tabela 15- Matriz estrutural da função canônica discriminante: Correlações entre variáveis discriminantes e função discriminante estandardizada.

	Função 1
GDSI- Satisfação com a família e o lar	0,643
GDSI- Satisfação com a escola	0,542
PWI-SC/GDSI- Satisfação com as coisas que tem	0,522
GDSI - Satisfação pessoal	0,427
PWI-SC - Satisfação com o que pode acontecer no futuro	0,395

GDSI Satisfação com o gerenciamento do tempo	0,312
GDSI Satisfação com relacionamentos interpessoais	0,354
PWI-SC - Satisfação com sua saúde	0,345
PWI-SC - Satisfação com as coisas nas quais quer ser bom	0,322
GDSI - Satisfação com a saúde	0,320
PWI-SC – Satisfação com a segurança	0,285
OLS- Satisfação com a vida como um todo	0,228
PWI-SC – Satisfação com relacionamentos em geral	0,208
GDSI – Satisfação com o bairro	0,060
PWI-SC – Satisfação com fazer coisas longe de casa	0,010

O grupo das crianças que residem com suas famílias apresentou o valor de centroide 0,682, enquanto o grupo das crianças que estão em acolhimento institucional apresentou o valor de -0,674. Através desses valores verifica-se que os grupos estão bastante afastados pelo perfil obtido, sendo que o sinal das correlações obtidas indica a direção favorável a um grupo ou outro. Assim, observa-se que todas as variáveis significativas apresentaram sinal positivo discriminando a favor das crianças que residem com suas famílias.

Pode-se observar que todos os itens do PWI-SC, todos os domínios do GDSI, e o OLS discriminam significativamente as crianças que residem com suas famílias daquelas que estão em acolhimento institucional, a favor dos primeiros, já que os valores da matriz estrutural são positivos. No entanto, o item “Satisfação com fazer coisas longe de casa” do PWI-SC e o domínio “Satisfação com o bairro” do GDSI apresentam valores abaixo de 0,20, que foi considerado o ponto de corte para esse estudo, não contribuindo para discriminar os grupos.

DISCUSSÃO

Esse estudo teve como objetivo investigar os índices de bem-estar de crianças institucionalizadas e compará-lo com os índices das crianças que residem com suas famílias.

As crianças em situação de acolhimento fazem parte de uma parcela da população a qual é pouco acessada em estudos que tenham como objetivo investigar aspectos positivos de suas vidas e das de seus pares.

As instituições de acolhimento participantes da pesquisa ainda estão em processo de adaptação às mudanças previstas na Lei nº12010 (2009), com relação ao período máximo de acolhimento. Verifica-se que quase 12% da amostra de crianças institucionalizadas estão acolhidas há mais de 24 meses, sendo esse o tempo máximo previsto legalmente. Entretanto, em outro estudo realizado anteriormente em contexto semelhante, encontraram-se períodos ainda maiores de acolhimento atingindo seis anos e meio de institucionalização (Gonzalez, Abaid & Dell’Aglío, 2011). Verifica-se, porém, que mesmo que as crianças ainda estejam acolhidas por tempo superior ao que deveriam, o tempo de acolhimento não diferenciou significativamente as variáveis de bem-estar PWI-SC, GDSI e OLS.

As crianças que estão em acolhimento institucional obtiveram médias inferiores às das crianças que residem com suas famílias nas três medidas utilizadas (PWI-SC, GDSI e OLS). Resultados semelhantes, utilizando outras estratégias metodológicas foram encontrados por Carbone et al. (2007), em pesquisas com crianças e adolescentes em acolhimento residencial. Os pesquisadores encontraram que as crianças e adolescentes que estão em acolhimento residencial se encontram em desvantagem, quando comparadas às crianças que residem com suas famílias, considerando seus baixos níveis de bem-estar. As diferenças entre acolhimento institucional, com família acolhedora, casa-lar ou residir com os pais não foram avaliadas nesse estudo.

Compreende-se que a percepção de bem-estar das crianças em acolhimento institucional também é influenciada por suas experiências de vida anteriores ao abrigo, considerando que os principais motivos que levam à situação de acolhimento são a pobreza, o abandono, a violência doméstica, a dependência química dos pais, a vivência de rua, ou a morte dos pais ou responsáveis (IPEA, 2004). Questões como a pobreza, a falta de apoio

social, o adoecimento psíquico – com ou sem abuso de substâncias –, a maternidade precoce, desestruturam a organização familiar e resultam no afastamento da criança do meio familiar como um fator protetivo (Azor & Vectore, 2008).

Dell’Aglia e Siqueira (2010) encontraram como variáveis preditoras de satisfação de vida de jovens em situação de vulnerabilidade eventos estressores, rede de apoio social e conflitos familiares. Além disso, as pesquisadoras encontraram altos escores de eventos estressores em jovens institucionalizados. Dessa forma, é possível pensar que os níveis de bem-estar das crianças institucionalizadas podem ser mais baixos do que o das crianças que residem com suas famílias por situação prévia ao acolhimento. Outras pesquisas com população semelhante não encontraram diferenças significativas no bem-estar de crianças acolhidas e daquelas que vivem com suas famílias, apesar das crianças em acolhimento demonstrarem médias mais elevadas de afetos negativos, considerando, ainda, suas experiências prévias ao acolhimento (Polleto & Koller, 2011).

As ausências de estabilidade e continuidade nos relacionamentos interpessoais das crianças institucionalizadas possivelmente influenciam nos seus níveis de bem-estar. Para tentar amenizar tais consequências as instituições devem realizar ações de preservação dos vínculos familiares (entrando em contato com a família nuclear e ampliada e mantendo o vínculo com os irmãos) e promoção da reintegração familiar (incentivo a visitas domiciliares ou em outros locais) (Lei nº12010, 2009). Entretanto, em pesquisa com abrigos da região sudeste, sul e nordeste do Brasil, revelou-se que apenas 31,2% das instituições incentivam o convívio familiar e 14,1% apoiam a reestruturação familiar (IPEA, 2004). Na presente pesquisa das crianças que afirmaram ter contato com outros adultos significativos 35,8% relataram manter contato com seu pai, enquanto 66,8% têm tido contato com sua mãe. As maiores médias de contato com os pais e outros adultos foram relatadas em períodos em casa, e com as mães em visitas. Estudos indicam que para que essa participação dos adultos seja promotora de saúde em crianças, deve ser constante (Harden, 2004).

Os itens do PWI-SC e domínios do GDSI, além da OLS discriminaram significativamente as crianças que residem com suas famílias daquelas que estão em acolhimento institucional, com exceção do item relativo a fazer coisas longe de casa (PWI-SC) e do domínio relativo ao bairro (GDSI). Pode-se compreender que os dois grupos de crianças (em acolhimento institucional e que residem com suas famílias) vivenciam experiências semelhantes em relação ao contato com o bairro. De acordo com o Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária. (2009) a estrutura física dessa modalidade de acolhimento deve levar em conta o padrão arquitetônico da comunidade onde estiver inserida e não deve haver placa de identificação da natureza institucional da casa, e ser localizada em bairro residencial, buscando evitar a estigmatização dos usuários. Considerando que o domínio relativo ao bairro não discriminou os grupos é possível pensar que a estratégia de inserção na comunidade adotada pelas instituições pode influenciar a satisfação das crianças acolhidas com o bairro e com fazer coisas longe de casa, aproximando-as das crianças que residem com suas famílias. No que diz respeito a satisfação com a vida como um todo, medida pela OLS, as crianças que vivem com suas famílias diferenciam-se das que vivem em acolhimento institucional, assim como encontrado por Dinisman, Montserrat e Casas (2012).

Algumas reflexões podem ser feitas ainda com relação aos outros itens das escalas, que discriminam os dois grupos em favor das crianças que residem com suas famílias. A satisfação com a família e o lar é o item que mais contribui para discriminar os grupos. Apesar de grande parte das crianças em situação de acolhimento manter o contato com seus pais e familiares e de serem incentivadas a isso pelos profissionais que atuam com essas famílias, esse contato não é diário e dificilmente é estável. Estudos apontam a importância da estabilidade para o bem-estar e desenvolvimento saudável das crianças (Dinisman, Montserrat, & Casas, 2012; Harden, 2004).

Fávero, Vitale e Baptista (2008) consideram que uma das causas para a instabilidade das famílias que tiveram seus filhos acolhidos é a busca – principalmente das mães em famílias chefiadas por mulheres – pela superação da vulnerabilidade social na qual se encontram. Nessa tentativa, mudam muitas vezes de casas e de parceiros, dificultando a vinculação de crianças e adolescentes com componentes territoriais importantes para o seu desenvolvimento. Dinisman, Montserrat e Casas (2012) encontraram que crianças e adolescentes em acolhimento institucional costumam ter menor estabilidade, quando comparados com aqueles que residem com suas famílias, considerando as implicações das mudanças às quais são submetidas. Essas transições afetam seus relacionamentos interpessoais, sua escola, suas atividades de lazer no tempo livre e até mesmo os serviços de saúde que utilizam, tendo influência negativa sobre o bem-estar. Aquelas crianças e adolescentes cujas mudanças foram menos frequentes e menos significativas, por estarem vivendo com suas famílias, apresentam maiores índices de bem-estar. No presente estudo, resultados semelhantes foram encontrados à medida que a satisfação com a escola, com o gerenciamento do tempo, com a saúde e com a segurança discriminaram os grupos, em favor das crianças que residem com suas famílias.

Para Harden (2004) a estabilidade familiar pode ser vista como um processo das práticas de cuidado que facilita e promove o desenvolvimento saudável das crianças. A autora enfatiza que as experiências prévias ao acolhimento foram traumáticas e que a instituição não deve se apresentar como mais uma experiência de instabilidade e insegurança. Além disso, enfatiza que o conhecimento sobre as fases do desenvolvimento humano é crucial para que os educadores das instituições possam entender o tipo de cuidado que aquela criança, de determinada faixa etária, necessita.

Outro item que discrimina os grupos em favor das crianças que residem com suas famílias diz respeito às coisas que as crianças possuem. Compreende-se que o acolhimento implica no acesso a uma estrutura física de moradia mais adequada ao seu desenvolvimento

do que a das famílias de origem. Entretanto, mesmo oferecendo, provavelmente, acesso a bens materiais os quais não poderiam ter em suas famílias, a situação de transitoriedade e de compartilhamento de todos os itens da casa pode influenciar sua percepção sobre o que seja de uso individual. As crianças que vivem com suas famílias, em contrapartida, provavelmente têm mais acesso a itens que sejam de seu uso exclusivo.

Com relação aos domínios satisfação pessoal e item satisfação com o que pode acontecer no futuro, ainda que as crianças sintam-se mais pertencentes à comunidade, considerando que os itens e domínios relativos à satisfação com a comunidade não discriminam os grupos, estudos indicam que a passagem pela situação de acolhimento institucional implica em um estigma de exclusão ao longo de suas vidas (Montserrat, Casas, Malo, & Bertran, 2011; Oliveira & Milnitsky-Sapiro, 2007). As experiências traumáticas do passado, a constatação de um contexto social depreciativo e que propõe poucas oportunidades para essa população pode fazer parte das expectativas de futuro dessas crianças. Além disso, o curto período de tempo em acolhimento e a reestruturação dos laços familiares são metas a ser cumpridas pelas instituições. Entretanto, a percepção de que os abrigos não serão alternativas constantes com as quais poderão contar pro resto de suas vidas, pode influenciar nas suas perspectivas de futuro (Oliveira & Milnitsky-Sapiro, 2007).

Outro aspecto que pode estar relacionado com a diferença entre o bem-estar das crianças que residem com seus familiares e as crianças em acolhimento institucional pode estar ligado com a perspectiva de futuro e com o item “satisfação com as coisas nas quais quer ser bom”. Montserrat, Casas e Malo (2012) em estudo com egressos de instituições de acolhimento encontraram que esses adultos tiveram maiores dificuldades em dar prosseguimento a sua educação formal do que aqueles adultos que tiveram suas infâncias vividas junto a suas famílias. Compreende-se que a perspectiva de estar privado de dar continuidade aos estudos, ou ainda de repetir suas experiências do passado, pode repercutir negativamente na sua satisfação com o futuro.

O estudo sobre a vida das crianças em acolhimento institucional é muito importante para avaliar as medidas de proteção integral à criança que vem sendo tomadas pelo estado. Somente compreendendo melhor seu contexto de desenvolvimento é possível a elaboração e implementação de políticas públicas que atendam as reais demandas dessa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo identificar o bem-estar de crianças em acolhimento institucional e compará-lo com o de crianças que residem com suas famílias. O estudo da satisfação das crianças sobre serviços e aspectos de sua vida, seus interesses e atividades são importantes para a compreensão do bem-estar como um todo. Essa iniciativa é ainda um passo inicial para que se conheçam características positivas acerca dessa população que possam desencorajar o estereótipo de exclusão social ao qual são submetidos.

Os principais resultados desse estudo indicam que as médias de bem-estar nas crianças que residem com suas famílias são significativamente mais altas para as três medidas de bem-estar aplicadas, quando comparadas com as crianças em acolhimento institucional. Além disso, todos os itens das medidas utilizadas discriminam significativamente as crianças que residem com suas famílias daquelas em acolhimento institucional. Discutiu-se que esse resultado pode refletir diferenças entre essas crianças que podem estar relacionadas à estabilidade de seus lares. Considera-se que as crianças em acolhimento institucional passam por muitas mudanças em curtos períodos de tempo que podem repercutir na avaliação que fazem de suas vidas e implicar em diferenças no seu bem-estar. Estudos futuros poderiam averiguar as diferenças nos níveis de bem-estar de crianças que estão submetidas a modalidades – teoricamente – mais estáveis de acolhimento, como as casas-lares ou famílias substitutas.

Em outras investigações poderão ser levadas em conta ainda, as histórias pregressas das crianças e ampliar o conhecimento de suas famílias. Assim, poderiam auxiliar na

identificação de aspectos que contribuem para o bem-estar dessa população, possibilitando conhecer a influência do acolhimento institucional no seu bem-estar, ou seja, quais aspectos de seu bem-estar são influenciados por sua situação atual e quais podem ser decorrentes de sua história de vida e eventos estressores anteriores à institucionalização.

Como limitação do estudo, destaca-se que as medidas utilizadas podem ser mais sensíveis a aspectos das vidas das crianças que residem com suas famílias, porque foram elaboradas pensando em populações não clínicas e que não tivessem, necessariamente, sido submetidas às adversidades pelas quais passaram as crianças em situação de acolhimento. Nesse sentido, medidas que fossem desenvolvidas tendo em conta a especificidade das condições de vida dessas crianças poderiam ser mais sensíveis a aspectos que influenciem seu bem-estar.

CAPÍTULO IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa é fruto de um trabalho conjunto desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária e a *International Society for Child Indicators* (ISCI). O esforço da equipe, coordenada pelo prof. Dr. Jorge Castellá Sarriera, resultou na coleta de uma base de dados, com 2135 questionários aplicados em crianças de todo o estado, e ainda 109 questionários aplicados em população de acolhimento institucional.

O questionário elaborado em parceria com a *International Society for Child Indicators* (ISCI) teve diversas aplicações piloto para que se chegasse a melhor forma de acessar o bem-estar das crianças. Constatou-se, após as aplicações, que as crianças aprovaram a utilização de rostos (*emoticons*) para avaliar sua satisfação. Ressalta-se que esse foi um passo no desenvolvimento de diferentes medidas para acessar a percepção das crianças da melhor forma possível.

A dissertação apresentada buscou abordar possíveis diferenças nos contextos de desenvolvimento das crianças. No capítulo II foram abordadas as semelhanças e diferenças no bem-estar das crianças de diferentes configurações familiares. No capítulo III buscou-se verificar as semelhanças e diferenças no bem-estar das crianças em acolhimento institucional e aquelas que residem com seus familiares.

Esse trabalho apoia a perspectiva de que diferentes contextos exercem diferentes influências na percepção de bem-estar das crianças. As crianças de diferentes configurações familiares apresentaram altos índices de bem-estar. Entretanto, a configuração familiar reconstituída diferenciou-se das demais, pois em quase todos os itens, apresentou as menores médias, levando ao questionamento do que a diferencia das outras.

Com relação à comparação das crianças em situação de acolhimento e as crianças que residem com suas famílias, encontraram-se menores médias para as crianças do

primeiro grupo em todas as medidas utilizadas. Além disso, quase todos os itens e domínios do PWI-SC, GDSI e o item único OLS discriminaram os grupos em favor das crianças que residem com seus familiares.

Uma das explicações possíveis para os resultados de ambos os estudos está na continuidade dos laços e na estabilidade que os contextos propiciam a essas crianças. As crianças que são submetidas a menos mudanças, conseguem manter seus laços sociais e encontram maior consistência no cuidado, o que parece repercutir em seu bem-estar. Crianças de configurações reconstituídas têm de lidar com diversos arranjos e encontram maior transitoriedade. Já as crianças em acolhimento institucional têm como medida protetiva a transitoriedade – visto que, no período máximo de 24 meses devem deixar a instituição na qual estão. Além disso, considera-se que os diversos trajetos que as crianças acolhidas percorrem até chegar ao abrigo implicam em menos estabilidade no cuidado. Nesse sentido, a promoção de bem-estar para essa população deve passar por formas de acolhimento que pressuponham maior estabilidade e menos transitoriedade. Nas famílias, é importante que as transições ocorridas preservem ao máximo o ambiente em que a criança está inserida. É importante ainda, que a criança compreenda as mudanças que ocorrem em sua família para que possa se adaptar melhor à nova situação.

Uma das principais contribuições desse estudo é a investigação de aspectos relacionados à vida das crianças que têm como informantes as próprias crianças ao invés de outros adultos envolvidos em suas vidas. Além disso, esse estudo buscou investigar aspectos positivos da realidade de crianças cujos indicadores costumam ter como foco suas dificuldades.

Os resultados das crianças em acolhimento institucional podem também ser reflexos de suas experiências anteriores à institucionalização, pois seu bem-estar é influenciado tanto pelos significados atribuídos nas interações sociais quanto pelas experiências de vida anteriores ao acolhimento. Por isso, os resultados refletem também a

realidade vivenciada nessas instituições. O estudo com crianças em acolhimento institucional ainda deve ser ampliado para que se possa conhecer melhor esse fenômeno. A partir disso, será possível traçar diferentes estratégias para a promoção do bem-estar.

Como limitação aos resultados compreende-se a utilização de um corte transversal na população. Com um estudo longitudinal aspectos como as diferenças no bem-estar por idades e pelo tempo de acolhimento poderiam ser considerados, com os mesmos participantes. Além disso, a utilização de uma metodologia qualitativa poderia complementar os resultados encontrados. O auxílio no preenchimento do questionário, por parte dos pesquisadores nas instituições de acolhimento pode também representar um viés dos resultados.

Ressalta-se que essa dissertação é composta por duas amostras. A primeira, com crianças de diferentes configurações familiares, é representativa da população do Rio Grande do Sul. A replicação desse estudo em outros estados do Brasil poderia apresentar outros resultados. A segunda amostra é representativa de uma população acolhida da capital do estado do Rio Grande do Sul. Novamente, se esse estudo fosse replicado em um contexto do interior do estado ou em outros estados, os resultados poderiam ser diferentes. Estudos futuros podem ainda, tentar acessar populações ainda negligenciadas pela literatura, como moradores de meio rural, por exemplo.

A participação das crianças como respondentes ativos de pesquisas que tratam sobre suas vidas é uma maneira de garantir o direito de serem ouvidas. Como afirmam Casas e Bello (2012) as pesquisas de bem-estar na infância devem levar em conta temas como suas opiniões sobre aspectos que são relevantes para as vidas das crianças, em diversas áreas. Tópicos como a avaliação de contextos e relações, sua satisfação com serviços, a percepção de seus direitos, seus valores e atitudes a confiança que depositam nos adultos e instituições auxiliam na compreensão da vida das crianças como um todo.

Referências

- Abaid, J. L., W., Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2012) Implicações Legais e Desenvolvimentais do acolhimento institucional: possibilidades e desafios em uma perspectiva psicológica. In D. M. Arpini, & A. C. Siqueira (Eds.). *Psicologia, Famílias e Leis: desafios à realidade brasileira* (pp: 71-102) Santa Maria: Editora UFSM.
- Amato, P. R. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and the Family*, 62(4), 1269 – 1287.
- Amato, P.R., & Cheadle, J. (2005). The long reach of divorce: divorce and child well-being across three generations. *Journal of Marriage and Family*, 67(1), 191-206.
- Amato, P.R., & Sobolewski, J. (2001). The effects of divorce and marital discord on adult children's psychological well-being. *American Sociological Review*, 66(6), 900-921.
- Araújo, M. F. (2002) Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11.
- Attar-Schwartz, S, Tan, J.P., Buchanan, A., Flouri, E., & Griggs, J.. (2009). Grandparenting and adolescent adjustment in two-parent biological, lone-parent, and step-families. *Journal of Family Psychology*, 23(1), 67-75.
- Ariés, P. (1981). *História social da criança e da família*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Azor, A.M.G.C.C.V., & Vectore, C. (2008). Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel da família nesse processo. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(1), 77-89.
- Bedin, L.M. (2013) *Relação entre o bem-estar subjetivo de pais e filhos adolescentes a partir de diferentes medidas de avaliação*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil
- Ben-Arieh, A. (2005). Where are the children? Children's role in measuring and monitoring their well-being. *Social Indicators Research*, 74(3), 573-596.

- Ben-Arieh, A. (2008). The child indicators movement: past, present and future. *Child Indicators Research*, 1(1), 3-16.
- Ben-ariéh, A. (2010) From child welfare to child well-being: the child indicators perspective. *Children's Well-Being: Indicators and Research*, 1(1), 9-24.
- Benjamin, A., Funk, E., Huebner, S., & Valois, R. F. (2006). Reliability and validity of a brief life satisfaction scale with a high school sample. *Journal of Happiness Studies*, 7(1), 41- 54.
- Bradshaw, J., Keung, A., Rees, G., & Goswami, H. (2011). Children's subjective well-being: international comparative perspectives. *Children and Youth Services Review*, 33(4), 548-556.
- Campbel, A., Converse, P.E., & Rodgers, W.L. (1976). *The quality of American life: perceptions, evaluations and satisfactions*. New York: Russel Sage Foundation
- Carbone, J., Sawyer, M., Searle, A., & Robinson, P. (2007). The health-related quality of life of children and adolescents in home-based foster care. *Quality of Life Research*, 16(7), 1157–1166
- Casas, F. (1996). *Bienestar Social: una introducción psicosociológica*. Barcelona: PPU.
- Casas, F. (1998). *Infancia: Perspectivas psicosociales*. Barcelona: Paidós
- Casas, F. (2010). El bienestar personal: Su investigación en la infancia y la adolescencia. *Encuentros en Psicología Social*, 5(1), 85–101.
- Casas, F. (2011). Social indicators and child and adolescent well-being. *Child Indicators Reasearch*, 4, 555-575.
- Casas, F., Buxarraís, M.R., Figuer, C., González, M., Tey, A., Noguera, E., & Rodríguez, J. M. (2003). Los valores y su influencia en la satisfacción vital de los adolescentes entre los 12 y los 16 años: estudio de algunos correlatos. *Apuntes de Psicología*, 22(1), 3-23

- Casas, F & Bello, A. (2012). *Calidad de vida y bienestar infantil subjetivo en España*. Madrid: Unicef
- Casas, F., Sarriera, J., Alfaro, J., González, M., Malo, S., Bertran, I., Figuer, C., Abs, D., Bedin, L., Paradiso, A., Weinreich, K., & Valdenegro, B. (2012a). Testing the personal wellbeing index on 12–16 year-old adolescents in 3 different countries with 2 new items. *Social Indicators Research*, 105 (3), 461-482.
- Casas, F., Coenders, G., González, M., Malo, S., Bertran, I., & Figuer, C. (2012b). Testing the relationship between parents' and their children's subjective well-being. *Journal of Happiness Studies*, 13(6). 1031-1051.
- Casas, F., Montserrat, C., & Malo, S. (2010) 'Young people from a public care background pathways to education in Spain. The case study report. The YIPPEE project' [Online] Available at: <http://tcru.ioe.ac.uk/yippee>
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (2006). *Plano Nacional De Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília: CONANDA.
- Conselho Nacional do Ministério Público (2013). *Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País*. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público
- Chaves, C.M.P., Lima, F.E.T., Mendonça, L.B.A., Custódio, I.L., & Matias, É.O. (2013). Avaliação do crescimento e desenvolvimento de crianças institucionalizadas. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 66(5), 668-674.
- Cummins, R. A., Eckersley, R., Pallant, J., Van Vugt, J., & Misajon, R. (2003). Developing a national index of subjective wellbeing: The Australian Unity Wellbeing Index. *Social Indicators Research*, 64(2), 159-190

- Cummins, R. A. & Gullone, E.(2000).Why we should not use 5-point Likert scales: The case for subjective quality of life measurement. *Proceedings, Second International Conference on Quality of Life in Cities* (pp.74-93). Singapore: National University of Singapore.
- Cummins, R. A. & Lau, A. L. D. (2005). *Personal Wellbeing Index – School Children*. 3rd Edition. Melbourne: Australian Centre on Quality of Life, School of Psychology, Deakin University.
- Cruz, L, Hillesheim, B., & Guareschi, N.(2005) Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas Psi. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 42-49.
- Dell’Aglío, D. D. & Siqueira, A. C (2010). Preditores de satisfação de vida de jovens em situação de vulnerabilidade no sul do brasil. *Psicodebate (Buenos Aires)*, 10(1), 213-230.
- Del Priore, M. (2004). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto
- Dessen, M. A., & Braz, M.P. (2005). A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. In M.A. Dessen, & A.L. Costa Jr, (Eds): *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras* (pp 113-131). Porto Alegre: Artmed.
- Diener, E. (2006) Guidelines for national indicators of subjective well-being and ill-being. *Applied Research in Quality Of Life*, 1(2), 151-157.
- Diener, E. (2009). Subjective well-being. *Social Indicators Research Series*, 37(1), 11-58.
- Diener, E. (2012). New findings and future directions for subjective well-being research. *American Psychologist*, 67(8), 590-597
- Diener, E., Suh, E. M., Lucas, R. E., & Smith, H. L.(1999). Subjective well-being: three decades of progress. *Psychological Bulletin*, 125(2), 276-302.
- Dinisman, T: Montserrat, C. & Casas, F. (2012). The subjective well-being of Spanish adolescents: Variations according to different living arrangements. *Children and Youth Services Review*,34(12), 2374-2380.

- Dunn, J., & Deater-Deckard, K. (2001). *Children's views of their changing families*. York: YPS.
- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990). Diário Oficial da União. *Lei nº 8069*, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF
- Fávero, E. T., Vitale, M.A.F., & Baptista, M.V. (2008). *Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. São Paulo: Paulus.
- Fleck, A. C., & Wagner, A. (2003). A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 31-38.
- Frota, A. M. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1), 154-157.
- Georgas, J. (2006) Families and family change. In J. Georgas, J.W., Berry, F.R.J, Vivjer, Ç Kagitçibasi,. & Poortinga, Y.H. (Eds), *Families across cultures: a 30-nation Psychological Study*. (pp 3-50) New York: Cambridge University Press.
- Giacomoni, C. (2002). *Bem-estar subjetivo infantil: conceito de felicidade e construção de instrumentos para avaliação*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil.
- Giacomoni, C., & Hutz, C. (2006). Escala de Afeto Positivo e Negativo para Crianças: Estudos de Construção e Validação. *Psicologia Escolar e Educacional* 10(2), 235-245.
- Giacomoni, C., & Hutz, C. (2008). Escala Multidimensional de Satisfação de Vida para Crianças: Estudos de Construção e Validação. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(1), 23-35.
- Goldbeck, L., Schmitz, T. G., Besier, T. Herschbach, P., & Henrich, G. (2007). Life satisfaction decreases during adolescence. *Quality of Life Research*, 16(6), 969–979.

- Golombock, S. (2004). Solo mothers: quality of parenting and child development. *International Congress Series, 1266*(1). 256-263.
- Gonzalez, A. C., Abaid, J. L. W. & Dell'Aglio, D. D. (2011). Adolescência, acolhimento institucional convivência familiar: Um retrato sobre a garantia de direitos. In C. M. C. Magalhães; L. I. C. Cavalvanti; F. A. R. Pontes; S. S. C. Silva, & L. S. Corrêa (Eds.), *Contextos Ecológicos do Desenvolvimento Humano*, 19-45. Belém: Paká-Tatu,.
- Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária. (2009). *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília, DF.
- Gulassa, M.L.C.R. (2006). A fala dos abrigos. In: Baptista, M.V. (Ed.) *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação*. (pp 53-62). São Paulo: Instituto Camargo Correa.
- Gray, R.S., Chamratrithirong, A., Pattaravanich, U., & Prasartkul, P. (2013). Happiness among adolescent students in Thailand: family and non-family factors. *Social Indicators Research, 110*(2), 703-719.
- Harden, B.J. (2004). Safety and stability for foster children: A developmental perspective. *Future of Children, 14* (1), 31-47.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2012*. Rio de Janeiro.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2004). *Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC*. Brasília.
- IPEA/CONANDA - Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada/ Conselho (2004). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília.

- Kelly, J.G. (2006) *Becoming ecological: an expedition into community psychology*. New York: Oxford Press.
- Lei n. 12.010, de 03 de agosto de 2009 (2009). *Dispõe sobre adoção*. Diário Oficial da União. Brasília, DF.
- Lucas, R.E, Diener, E. & Suh, E. (1996). Discriminant validity of well-being measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 616-628.
- Mauad, A. M. (2004) A vida das crianças de elite durante o Império. In: M. Del Priore, (Ed.). *História das crianças no Brasil*. (pp. 137-176) São Paulo: Contexto.
- McAuley, McKeown & Merriman (2012). Spending time with family and friends: children's views on relationships and shared activities. *Child Indicators Research*, 5(3), 449-467.
- Montserrat, C. (2008). *Niños, niñas y adolescentes acogidos por sus familiares: ¿qué sabemos, qué conocemos?*. Barcelona: Generalitat de Catalunya.
- Montserrat, C., Casas, F., Malo, S., & Bertran, I. (2011). *Los itinerarios educativos de los jóvenes ex-tutelados*. Madrid: Ministerio de Sanidad, Política Social e Igualdad.
- Montserrat, C., Casas, F. & Malo, S. (2012) Delayed educational pathways and risk of social exclusion: the case of young people from public care in Spain, *European Journal of Social Work*, 16(1), 6-21.
- Moreira, I. M. (2013) *Acolhimento institucional e qualificação profissional: implicações da medida protetiva na vida do jovem egresso*. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, CE, Brasil.
- Narvaz, M., & Koller, S.H. (2005). A invenção da família. *Pensando Famílias*, 7, 121-134.

- Oliveira, A. P. G., & Milnitsky-Sapiro, C. (2007). Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(4), 623-635.
- Oliveira, D., Siqueira, A., Dell'Aglio, D., & Lopes, R. (2008). Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: Uma Revisão da Produção Científica. *Interação em Psicologia*, 12(1) pp. 87-98.
- Oliveira, R. C (2006). A história começa a ser revelada: panorama atual do abrigamento no Brasil. In Baptista, M.V. (Ed.), *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (pp 39-52). São Paulo: Instituto Camargo Correa.
- Passeti, E. (2004). Crianças carentes e políticas públicas. In M. Del Priore(Ed.), *História das Crianças no Brasil* (pp. 347-375). São Paulo: Contexto.
- Passos, M. C. (2005). Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. In T. Féres-Carneiro (Ed.), *Família e Casal: efeitos da contemporaneidade* (pp. 11-23). Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Pratta, E. M. M., & Santos, M. A. dos. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em estudo*, 12 (2), 247-256.
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2011). Subjective well-being in socially vulnerable children and adolescents. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(3), 476-484.
- Postman, N (1999). *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia.
- Rees, G., Goswami, H., Pople, L., Bradshaw, J., Keung, A., & Main, G. (2012). *The good childhood report*. England: The Children's Society and University of York.
- Ryan, R.M., & Deci (2001): On human potential: a review of research on hedonic and eudamonic well-being. *Annual Review of psychology*, 57(6), 1069-1081.
- Russell, J. A. (2003). Core affects and the psychological construction of emotion. *Psychological Review*, 110(1), 145-172.

- Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: processo histórico e desafios do presente*. São Paulo: Loyola.
- Sarriera, J. C., Tatim, D. C., Coelho, R. P. S., & Bücken, J. (2007). Uso do tempo livre por adolescentes de classe popular. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 361-367.
- Sarriera, J. (2010) O paradigma ecológico na psicologia comunitária: do contexto à complexidade. In Sarriera, J. & Saforcada, H. (Eds.), *Introdução à Psicologia Comunitária: Bases teóricas e metodológicas* (pp 27-48). Porto Alegre: Sulina
- Seligson, J. L., Huebner, E. S., & Valois, R. F. (2003). Preliminary development and validation of the brief multidimensional students' life satisfaction scale. *Social Indicators Research*, 61, 121–145
- Seligman, M. E. P., & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: An introduction. *American Psychologist*, 55(1), 5-14.
- Siqueira A. C. & Dell'Aglio D. D.(2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*.18(1): 71-80.
- Siqueira A. C. & Dell'Aglio, D. D. (2007). Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(3): 134-146.
- Strelhow, M.R.W., Bueno, C.O., & Câmara, S.G. (2010). Percepção de saúde e satisfação com a vida em adolescentes: diferenças entre os sexos. *Revista Psicologia e Saúde*, 2(2), 42-49.
- Sun, Y., & Li, Y. (2011). Effects of family structure type and stability on children's academic performance trajectories. *Journal of Marriage and Family* 73(1), 541 – 556.
- Torres, C.V., & Dessen, M.A (2006). The brazilian jeitinho: Brazil's sub-cultures, its diversity of social contexts, an its family structures. In J.Georgas, J.W.Berry,

Vijner, F. J. R. V. D.; Ç. Kagiçibasi., & Y.H. Poortinga, *Families across culture. a 30-nation psychological study*, 259-266. Cambridge: Cambridge university press.

Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C., & Verza, F. (2005). Compartilhar Tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 181-186.

ANEXO A Termo de Concordância Institucional

Prezado(a) diretor(a):

O Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul está realizando uma pesquisa sob orientação do Prof. Dr. Jorge Castellá Sarriera. O objetivo é investigar o bem-estar subjetivo em crianças com idade entre 8 e 12 anos, em diferentes grupos populacionais do Estado do Rio Grande do Sul.

Sua participação envolve a concordância da sua instituição para a realização da pesquisa por meio da aplicação de questionários em alunos com idade entre 8 e 12 anos. O questionário investiga atividades, percepções e avaliações de crianças sobre bem-estar subjetivo. A participação da sua instituição nesse estudo é voluntária e se a instituição decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Às crianças participantes será solicitada a autorização dos responsáveis através de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido específico.

Os dados levantados nos questionários serão arquivados na sala (nº 122) do pesquisador responsável, nas dependências do Instituto de Psicologia da UFRGS, e incinerados após o período de 5 anos. Na publicação dos resultados desta pesquisa, a identidade da instituição e dos participantes será mantida no mais rigoroso sigilo, omitindo-se todas as informações que permitam identificá-los.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente a sua instituição estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Esta investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia/UFRGS, localizado na Rua Ramiro Barcelos, 2600 na cidade de Porto Alegre com o número de telefone (51) 3308-5066 e e-mail: cep-psico@ufrgs.br. Os procedimentos previstos obedecem aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador através do telefone: (51) 3308-5239.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Jorge Castellá Sarriera

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura diretor(a)

ANEXO B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezados(as) pai/mãe/responsável:

O Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul está realizando uma pesquisa sob orientação do professor Prof. Dr. Jorge Castellá Sarriera. O objetivo é investigar o bem-estar e aspectos relacionados em crianças com idades entre 8 e 12 anos, em diferentes grupos populacionais do Rio Grande do Sul.

Para tanto, solicitamos sua autorização para que seu (sua) filho (a) colabore com esta pesquisa através do preenchimento de um questionário que explora as atividades, percepções e avaliações das crianças sobre bem-estar. A participação de seu (sua) filho(a) é voluntária. Se você decidir que ele(a) não deve participar ou caso seu (sua) filho(a) não queira continuar, ele(a) terá absoluta liberdade de desistir a qualquer momento. Caso, de alguma maneira, seu (sua) filho(a) sinta-se mobilizado com algum aspecto referente à realização dessa atividade, ele (a) será encaminhado ao serviço de psicologia da universidade de sua cidade.

Os dados levantados nos questionários serão arquivados na sala (nº 122) do pesquisador responsável, nas dependências do Instituto de Psicologia da UFRGS, e incinerados após o período de 5 anos. Na publicação dos resultados desta pesquisa, a identidade de seu(sua) filho(a) será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, seu(sua) filho(a) estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Esta investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia/UFRGS, localizado na Rua Ramiro Barcelos,

2600 na cidade de Porto Alegre com o número de telefone (51) 3308-5066 e email: cep-psico@ufrgs.br. Os procedimentos previstos obedecem aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador através do telefone (51) 3308-5239 ou pelo e-mail gppc@ufrgs.br.

Prof. Dr. Jorge Castellá Sarriera

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura diretor(a)

Local e data

ANEXO C: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Prezado Pesquisador JORGE CASTELLA SARRIERA,

Informamos que o projeto de pesquisa BEM-ESTAR SUBJETIVO NA INFANCIA: PERCEPCOES DAS CRIANCAS E FATORES PSICOSSOCIAIS ASSOCIADOS encaminhado para análise em 26/01/2012 foi aprovado quanto ao mérito pela Comissão de Pesquisa de Psicologia com o seguinte parecer:

Trata-se de um projeto de pesquisa que busca avaliar o bem-estar subjetivo na infância, investigando cerca de 3000 crianças de 8 a 12 anos em diferentes grupos populacionais do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa dá, de alguma forma, continuidade a pesquisas anteriores do Grupo em Pesquisa e Psicologia Comunitária sobretudo a que foi realizada com adolescentes na faixa de 12 a 16 anos. Ressaltamos a relevância do trabalho a ser desenvolvido pois são raras as pesquisas sobre o bem-estar subjetivo na infância tendo como fonte da investigação as próprias crianças. A presente pesquisa certamente trará subsídios importantes para construção de novas políticas públicas nesta área bem como permitirá validar os instrumentos de investigação. Foi realizada uma ampla revisão bibliográfica, objetivos e metodologia claros e bem construídos. Todos os passos da pesquisa em relação aos procedimentos estão bem detalhados bem como o estudo piloto que será feito. Sublinhamos também que a pesquisa > se insere em um projeto de cooperação internacional entre Brasil, Chile, Espanha e Argentina. A presente pesquisa foi aprovada também em edital de pesquisa do CNPQ. A comissão de pesquisa aprova o projeto apresentado.

Devido as suas características este projeto foi encaminhado nesta data para avaliação por Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia.



> Atenciosamente, Comissão de Pesquisa de Psicologia
Coordenação Prof. Dr. Edson Luiz André de Sousa

Porto Alegre 24 de fevereiro de 2012.